

## 2. Forjando em bronze a vitória da ordem

### Uma estátua, uma história... Um conto e muitos pontos.

*“Em todas as épocas, aqueles que governavam os povos sempre utilizaram pinturas e estátuas para melhor inspirar as pessoas com os sentimentos que lhes desejavam dar”.*<sup>41</sup>

#### 2.1. “Toda imagem conta uma história”<sup>42</sup>

Metáfora e símbolo sempre ocuparam espaço de destaque no universo da política, espaço em que há muito tempo e em não poucas sociedades, cavalo e cavaleiro pontificavam simbolizando poder.

De estátuas emanam mensagens políticas, afirmativa que facilmente se ilustra pelo seguinte exemplo: a Estátua da Liberdade, projetada pelo escultor francês Frédéric Auguste Bartholdé conjuga, à representação de um moderno Colosso de Rhodes guardando o porto de Nova York, uma forte mensagem ideológica. As correntes quebradas aos pés dela simbolizam a liberdade e a tocha crepitante que está em suas mãos, a luz da liberdade iluminando o mundo. Completa o conjunto a data inscrita na tabuleta que ela porta: “4 de Julho de 1776”. Aqui, há a se observar a precedência da Revolução Americana em relação à Revolução Francesa.

No domínio da análise política em que nos encontramos, fica claramente evidenciado que “uma solução mais comum para o problema de tornar concreto o abstrato é mostrar indivíduos como encarnações de idéias ou valores” (Burke, 2004, p. 81). Uma antiga tradição que remonta à Antiguidade Clássica estabeleceu um conjunto de convenções que regiam a representação do governante como um herói, geralmente apresentado em estilo triunfante.

Dentro desse conjunto de convenções, estátuas eqüestres concretizavam a metáfora de governar como “cavalgar” e foram revividas na Renascença italiana

---

<sup>41</sup> JACOURT (apud BURKE, 2004, p.73)

<sup>42</sup> BURKE, 2004. p. 175.

como a forma ideal para expressar a grandeza e a autoridade do príncipe sobre o seu domínio, ao serem colocadas na praça central da cidade. Disseminou-se o costume e, a partir do século XVI, cavaleiros de bronze surgiram em vários locais da Europa expressando o que estava implícito na figura do governante: majestade. Majestade essa indelevelmente associada à plenitude da autoridade e à soberania absoluta do *Imperium*<sup>43</sup>.

Burke chama a atenção para um ponto crucial: as estátuas reais ou os retratados do Estado devem ser olhados como um verdadeiro teatro, como uma representação pública de um eu idealizado. Cabe acrescentar que os próprios governantes eram vistos como imagens vivas, como ícones.

Para contemplar as demandas dessa idealização, governantes foram tradicionalmente representados em trajes que lhes conferissem maior dignidade, com gestos firmes e em posições que lhes evidenciassem a bravura e a superioridade; suas estátuas, majestosas, eram pousadas sobre uma coluna ou um pedestal – ambos estátua e coluna esculpidos em materiais nobres, capazes de resistir aos efeitos do tempo – e colocadas no espaço público, o que propiciava uma leitura de viés político: exaltava-se a afirmação da Ordem. É apropriado acrescentar que na estatuária européia, a figura eqüestre, texto vivo e grandioso, tinha o objetivo maior de perenizar a figura a que dava forma e os feitos do mesmo indivíduo.

Portanto, imagens têm histórias e as carregam consigo através dos tempos, compondo um universo específico de estudo e análise e é fundamental que ao estudá-las, e por meio delas, a uma determinada situação política, a ênfase recaia sobre os embates que perpassaram o processo de criação das mesmas. A partir delas, devido ao ambiente visual que as envolve, estabelecem-se meios de troca de informação com todos aqueles que as contemplarem, o que também as projeta – e às mensagens nelas inscritas – para o futuro. Existe nelas uma atitude de mágica evocativa que acabou institucionalizada pelo tempo.

A estátua eqüestre como imagem única<sup>44</sup>, voltada para a comemoração de um acontecimento de expressiva relevância, afirma uma mensagem e

---

<sup>43</sup> O embasamento teórico para esta parte do capítulo está em Burke (2004).

<sup>44</sup> É conveniente se chamar a atenção para o objeto desse estudo, a estátua eqüestre do primeiro imperador do Brasil e para o espaço que para ela foi designado, a Praça da Constituição.

testemunha a nobreza do regime no qual foi produzida, revelando, na verdade, como o regime se vê e como deseja que o vejam, tendo assim um teor triunfalista. Constitui-se, em um indício do passado no presente e cumpre o papel de testemunha muda, mas habilitada a comunicar uma mensagem enfática enunciada pelos dirigentes saquaremas, quando não pelo próprio governante.

Embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor instrumento para efetivar representações visuais nos planos religioso e político. John Huizinga (apud Burke, 2004, p.14) ao comparar a compreensão histórica à “visão” ou “sensação” – entenda-se o sentido de contato direto com o passado - declarou que há em comum entre o estudo dessa ciência e a criação artística, um modo de formar imagens<sup>45</sup>. Essa possibilidade de estimular a imaginação pela mobilização do encantamento gerador da admiração, tornou-se o passaporte que permite ao observador a imersão no passado; as imagens agem enfaticamente na imaginação histórica, transmitindo-lhe preciosas informações. Por isso, o universo da política estabeleceu um produtivo diálogo com o universo da arte.

Como já foi afirmado e ilustrado com um exemplo, de estátuas emanam objetivas mensagens políticas cujo significado se potencializa ao ser eloqüentemente projetado para a posteridade: cabe-lhes, também, perenizar a glória de um homem, eternizar um momento pleno de significado, reinscrever ao longo dos anos a memória de um passado considerado, pelos que lhe foram contemporâneos, portador de relevância. Cabe-lhes, ainda, a tarefa de projetar algumas das mais valiosas virtudes cívicas e estimular o culto às mesmas.

## **2.2. Os conservadores e a majestade ausente**

Indício do passado no presente, testemunha silenciosa e eloqüente, não apenas pelas dimensões e materiais, mas em especial por ser o primeiro monumento a ser erguido no império e, sobretudo, por ser uma estátua equestre, padrão artístico impregnado de intenções políticas, verdadeiros e grandiosos

---

<sup>45</sup> As duas palavras aspeadas mantêm a fidelidade ao texto consultado.

textos colocados a céu aberto e legados ao futuro como comprovantes de realizações diferenciais. Símbolo expressivo de um tempo, de um vulto e de um conjunto de discutidas realizações ressignificados pelos dirigentes imperiais em prol da celebração de sua consagradora vitória: em meados do século, sob todos os aspectos considerados relevantes, a Ordem havia sido afirmada e os brasileiros estavam constituídos<sup>46</sup>. Imagens e monumentos testemunham com eloquência etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano, o que permite aos que se proponham a estudá-las, o conhecimento das estruturas de pensamento e representação de uma determinada época. Erguida a estátua, tem-se um texto que se oferece à leitura: o passado e o presente se encontram e passam a ter o futuro como horizonte de expectativa<sup>47</sup>.

Assim sendo, a estátua eqüestre do primeiro imperador pode ser vista como um espelho que reflete a consolidação de um projeto para o país, projeto ao qual os Saquaremas se dedicaram ao longo de três décadas, e cuja vitória desejavam afirmar/comemorar e legar à rememoração por meio de um recurso que impactaria os súditos e promoveria o resgate de uma figura anteriormente plena de significação, que ocuparia o espaço central no processo de construção de uma memória.

Tida como essencial pelos homens que estavam à frente do mundo do governo<sup>48</sup> no Império do Brasil a inauguração da estátua eqüestre de D. Pedro I não passava de uma metáfora: era a perenização, em bronze e granito, da vitória do que eles haviam arquitetado pelos caminhos diversos, mas complementares, da direção e da dominação, recursos que se alternaram e se articularam ao longo dos anos de 1830, 1840 e do início dos anos de 1850.

O clima dos anos 60 abrigava, com propriedade, a homenagem há muito idealizada ao primeiro imperador. A estátua, veículo de uma grande homenagem segundo planejavam os membros do Partido Conservador, seria inaugurada no

---

<sup>46</sup> Considerar que o monumento em questão contaria, no tempo a ele contemporâneo - com projeção para o futuro – uma história, tornando-o e ao passado, perenizados. Cabe, ainda, elucidar que nesse processo, prevaleceu a ótica dos dirigentes do Estado imperial, o que significa nada mais nada menos do que a transposição, para a figura de D. Pedro I, da essência dos princípios políticos formulados pelos saquaremas, subpostos à questão da liberdade concedida e garantida aos brasileiros pelo imperador e reafirmada pelos dirigentes imperiais.

<sup>47</sup> Cf. Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>48</sup> Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. Rio Janeiro: ACCESS, 1994.

momento em que o Estado Imperial estava consolidado, obra vitoriosa dos dirigentes saquaremas que haviam atuado em frentes diversas, utilizando-se de múltiplos recursos para afirmar a ordem e difundir a civilização em todas as províncias do Império, já nesse momento – o final dos anos de 1850, a década de 1860 - transformadas em verdadeiros territórios vencidos.<sup>49</sup>

No projeto de consolidação do Estado Imperial e de conformação dos brasileiros, múltiplos recursos foram utilizados para divulgar e gravar valores, padrões de comportamento e concepções de ordens diversas nas mentes dos brasileiros, enfim, para constituir a identidade nacional nos padrões projetados pelos dirigentes saquaremas.

Definir e enraizar valores, concepções e padrões de comportamento, elaborar e divulgar uma determinada percepção da história capaz de dar sustentação à identidade e à memória nacionais que também se forjavam dentro dos padrões dos dirigentes imperiais: eis o domínio da expansão para dentro, cujos objetivos eram afirmar, consolidar e preservar um legado, através da conformação dos súditos-cidadãos do Império, que se tornariam agentes perpetuadores da Ordem.

Sob essa perspectiva, a inauguração da estátua equestre de D.Pedro I significava a transposição do passado para o presente, para que pudesse haver a pomposa comemoração da eficiência do projeto arquitetado nos anos da década de 1830 e para que ficasse garantido o legado, para o futuro, do mais sagrado dos princípios da “boa sociedade”, aquele segundo o qual a autoridade é a salvaguarda da liberdade. Autoridade e liberdade compunham a essência da mensagem a ser forjada no bronze. Nesse momento, os conservadores associavam seu projeto vitorioso ao legado do primeiro imperador<sup>50</sup>. Lê-se no Jornal do Comércio, na edição de 25 de Março de 1862 que:

“[...] Não há aí quem friamente pensando e colocando-se acima das preocupações políticas do momento, possa negar ao Sr, D.Pedro I o lugar mais proeminente no grande quadro da emancipação política do Brasil. Assim afirmam os mesmos que cooperaram com o príncipe, e mereceram o título de patriarcas da nossa independência. [...] O Brasil caminha a passos largos e

---

<sup>49</sup> Ibid, p.78

<sup>50</sup> Tanto Mattos (1994) quanto Souza (1999) enfatizam a questão à qual a elite dirigente deu destaque, a do duplo legado atribuído ao primeiro imperador: em complemento à liberdade aos brasileiros concedida, D. Pedro I deu-lhes a garantia da autoridade legitimada pelo texto constitucional

seguros para um futuro brilhante, é justa, é nobre, é sagrada a dívida que hoje pagamos, elevando uma estátua em memória de quem salvou-nos da anarquia, do desmembramento e da caudilhagem.”<sup>51</sup>

A respeito da propriedade do momento, o mesmo jornal registrou a seguinte reflexão:

“[...] Os monumentos levantados na hora do entusiasmo ardente podem ser feitos de paixões passadas, e quase sempre encontram com o descontentamento das idéias vencidas e das personagens decaídas. Só o tempo põe em relevo o verdadeiro mérito, extingue o despeito, abate as ambições imprudentes, faz esquecer os erros e louvar as grandes qualidades dos beneméritos da pátria.”<sup>52</sup>

Esse recurso de que os saquaremas se utilizaram objetivava, ao inscrever uma parcela de seu credo no espaço público, reafirmar aos brasileiros que o incontestável princípio da Ordem havia triunfado, para tal contribuindo a imponência da estátua, o estilo, os nobres materiais usados, a expressividade do local e da data escolhidos<sup>53</sup>. Somente os princípios traçados pelos que compunham o seletivo grupo de dirigentes do Estado imperial poderiam, como o fizeram, preservar a unidade do território, organizar a sociedade imperial e mantê-la coesa, propiciar as condições necessárias ao progresso, elemento essencial para que o Império atingisse o almejado status de nação civilizada.

Em 1854, Haddock Lobo apresentou e a Câmara Municipal aprovou, em sessão marcada por forte entusiasmo, o projeto de colocação da estátua equestre do primeiro imperador e Defensor Perpétuo do Brasil na Praça da Constituição. O clima de euforia a todos contagiou, para o que muito contribuiu a alusão ao fato de que ainda não havia um único monumento ao fundador do império e à conveniência, na verdade à propriedade, dos brasileiros quitarem essa dívida de gratidão para com o primeiro imperador. E para que justiça se fizesse, recomendava Haddock Lobo que o povo, e não o dinheiro público, custeasse o monumento.

<sup>51</sup> Jornal do Commercio, 25 de Março de 1862.

<sup>52</sup> Jornal do Commercio, 25 de Março de 1862

<sup>53</sup> A inauguração fora originalmente marcada para o dia 25 de Março de 1862. Seria celebrado o quadragésimo aniversário da independência, na Praça da Constituição, no dia em que se comemorava a outorga da Constituição pelo Imperador.

Por meio dessa proposta, os Saquaremas davam início a um novo projeto; por fidelidade à verdade, novo apenas no que fosse concernente à forma, mas antigo e consolidado em relação à essência político-ideológica a ele inerente. Nesse momento o denso trabalho a ser feito dizia respeito à ressignificação de D. Pedro I: duas décadas já se haviam passado desde o 7 de abril, mas não havia sido tempo suficiente para que a percepção a ele relativa deixasse de estar centrada na idéia da verdadeira afirmação da independência. Ainda se comemorava a vitória dos brasileiros sobre o imperador português que se havia coberto com o manto da tirania.

Em 1854 em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, propôs que fosse encaminhada à Assembléia Legislativa uma representação solicitando que fosse concluído o monumento à independência nacional, no Ipiranga, a construção de uma estátua equestre de D. Pedro na Praça da Constituição e de uma enorme cruz em Porto Seguro; tratava-se dos três marcos fundamentais da história do Brasil: o descobrimento, a proclamação da independência, a fundação do império e a sua Constituição (Souza, 1999). Cada um desses momentos deveria ser monumentalizado, o que correspondia a uma função didático-pedagógica: educar os brasileiros sobre a sua própria história, elucidar os estrangeiros que travavam contato com os monumentos e com a expressividade do significado dos mesmos. Há, em Joaquim Norberto, a mesma preocupação existente em Haddock Lobo: a de celebrar e eternizar, através de imagens, fatos de capital importância e com esse recurso construir uma memória nacional.

Essa era, também, uma das mais expressivas preocupações e relevantes missões a serem cumpridas pelo IHGB, centro irradiador de estímulos para a construção de monumentos históricos, quer sob a forma de letras, como a primeira História Geral do Brasil, elaborada por Varnhagem, quer sob a forma de qualquer iniciativa que captasse e projetasse o Brasil e suas diversas especificidades. Um museu ou uma revista, uma obra literária ou um monumento, quaisquer obras que se revestissem de um caráter instrutivo a respeito do país eram vistas como dotadas de relevância. Cabia ao Instituto, fundado em 1839, “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos” (Souza, 1999, p.352).

Era antigo o desejo de homenagear o primeiro imperador erigindo-lhe um monumento que rememorasse a proclamação da independência. Na verdade essa idéia foi abordada, pela primeira vez, nos anos iniciais do Primeiro Reinado, quando fora levantada a questão de uma justa homenagem, afinal, “(o imperador) merecia do povo que libertara e constituíra um monumento que perpetuasse a gratidão nacional”, nos conta Moreira de Azevedo (1969, p.11), ao nos introduzir no que, na década de 60 do século XIX, se tornou em um verdadeiro embate político, no centro do qual, esculpida em bronze e projetada para a posteridade por um pedestal de granito, vamos encontrar, não simplesmente um cavaleiro, o nosso primeiro imperador, mas um verdadeiro inventário de memórias, registros efetivados sob óticas diversas e pelo tempo consolidados. Para dar forma a essa grande homenagem, os que se dispuseram a projetá-la, optaram, como não poderia deixar de ser, por uma forma eloqüente: uma estátua eqüestre.

Em outubro de 1824, o redator do *Despertar Constitucional* apresentou o plano de um monumento ao fundador do império. Na sessão extraordinária de 11 de maio de 1825, o presidente do Senado da Câmara abraçou a idéia e propôs que os brasileiros homenageassem àquele a quem deviam a liberdade, erguendo-lhe uma estátua. Essa proposição foi oficialmente reiterada na fala do dia 13 de maio de 1825, quando o mesmo afirmou que era do desejo da opinião pública que se inaugurasse “um monumento público que, fazendo recordar às presente e futuras gerações a memória dos altos feitos de Sua Majestade, possa ao mesmo tempo, servir de eterno padrão de sua sensibilidade e de sua gratidão.”<sup>54</sup>

Em junho desse mesmo ano houve uma sessão geral no Senado para que a elevação da estátua fosse discutida. Nesse momento apareceu, pela primeira vez, a idéia de que a mesma deveria ser eqüestre, de bronze e colocada em local de escolha do homenageado. Na verdade, houve também outros avanços: literatos e artesãos deveriam ser ouvidos e a estátua deveria ser fundida no império e por brasileiros. Houve mais: para viabilizá-la financeiramente, considerando-se a perspectiva de que erigi-la correspondia a um dever dos brasileiros, a um ato de respeito e de gratidão, seria aberta uma subscrição em todo em todo o território nacional.

---

<sup>54</sup> Fala do presidente do Senado da Câmara, em 13 de maio de 1825 (apud AZEVEDO,1969)

A escolha de D. Pedro I recaiu sobre a Praça da Aclamação, espaço em que no dia 12 de outubro de 1822 ocorreu a primeira cerimônia cívica do Império do Brasil, no lugar ocupado pelo palacete em que ele tomara o glorioso título de Imperador do Brasil.<sup>55</sup> Era, ainda, o local em que D. Pedro I havia jurado a Constituição política do império, aquela que ele, generosamente, fiel ao compromisso assumido com os seus súditos havia...outorgado! Essa praça compunha o espaço sagrado da cidade no século XIX, espaço da Ordem, presidida pelos que estavam à frente do governo imperial, epicentro da projeção do então jovem príncipe, pouco mais tarde imperador, cenário maior da consolidação da relação entre ele e os portugueses americanos, posteriormente súditos do Império do Brasil, após a proclamação da independência.

A idéia tornou-se cara a muitos, a começar pelo próprio imperador - como, aliás, não poderia deixar de ser, sendo ele tão afeito a homenagens - e foram enviadas circulares às Câmaras Municipais, convidando-as a abrir subscrições para a elevação do monumento. Em mais um passo para a concretização do projeto, o Banco do Brasil se comprometeu a receber, gratuitamente, as quantias a serem depositadas. A seguir, projetos chegaram a ser apresentados e analisados, merecendo destaque os de Gradjean de Montigny - trabalhos fortemente imbuídos de teor político, que conferiam significado ao ato que celebravam e que projetavam a *persona*<sup>56</sup> do imperador - que apresentou duas versões para a estátua, nas quais D. Pedro era apresentado usando os signos da realeza. No mais elaborado dos projetos estavam representadas as dezenove províncias constitutivas do império através de figuras clássicas que ofereciam coroas ao imperador, o que lhe ressaltava a majestade e a ação unificadora.<sup>57</sup>

Porém, as tensões políticas que se haviam esboçado em 1823 e se agravado em 1824, consolidaram-se a partir de 1827, tornando nítidos os desajustes, convertidos em distanciamento efetivo entre os brasileiros e D. Pedro I, entre a parte expressivamente majoritária dos governados e um governante que

<sup>55</sup> Moreira de Azevedo faz referência à Praça da Aclamação como um lugar de especial relevância e de intensa emoção, espaço maior na feitura do primeiro imperador

<sup>56</sup> A minha referência ao trabalhar com as questões que envolvem a *persona* de D. Pedro está em Souza (1998 e 1999); não há relação com a personalidade do imperador, mas com elementos decorrentes de suas ações que formataram uma percepção a ele relativa.

<sup>57</sup> São referências Souza (1999), ao analisar o trabalho de Granjean de Montigny no tocante à produção de imagens de D. Pedro I e Moreira de Azevedo (1969) ao historiar, detalhadamente, o projeto da estátua equestre cujo entorno político nesse trabalho se analisa.

mostrava não ter contemplado com a menor atenção as necessidades e os desejos evidenciados pelos primeiros, tão afastadas pareciam estar do espaço de experiência e do horizonte de expectativa da augusta majestade que sobre o Brasil reinava, as preciosas lições ministradas no século XVII por John Locke.<sup>58</sup>

As condições vigentes ao longo desses anos fizeram adormecer a idéia do grandioso monumento e a vitória alcançada pelos brasileiros no dia 7 de abril de 1831 acabou por arquivá-la “abafando as paixões políticas no coração da pátria e o mais nobre dos sentimentos – a gratidão” (Azevedo, 1969), tornando tudo o que havia sido reunido sobre o assunto, em nada mais do que documentos. Pensava-se...

Iniciava-se para o país um dos mais tensos períodos da sua história, momento em que se tornou crucial para os brasileiros que finalmente assumiram a direção do Estado imperial, uma seleta fração da classe senhorial, os Saquaremas, dirigentes determinados quanto à responsabilidade que se haviam atribuído, a de afirmar a ordem, princípio que eles próprios haviam definido, e ao mesmo tempo, porque são indissociáveis, construir o Estado e conformar a sociedade imperial. Positivamente, esse tempo marcado por um clima de significativa turbulência não acomodava a efetivação, sequer uma simples idéia, de qualquer tipo de homenagem ao imperador que havia abdicado e deixado o país, fato comemorado como o verdadeiro dia da independência<sup>59</sup>.

Já sob o governo do segundo imperador, em 1844, José Clemente Pereira retomou o antigo projeto; Porto Alegre foi incumbido do desenho, cujo molde seria feito em gesso, por Fernando Pettrich. Mas ainda não seria nesse momento que o duplo legado de D. Pedro I seria eternizado em bronze.

---

<sup>58</sup> Cf. John Locke. Segundo Tratado do Governo Civil. Nessa obra o autor se debruça sobre o papel a ser desempenhado pelo governante – o de representar os governados – e o que cabia, por direito e por dever aos últimos, quando o primeiro fugisse às suas obrigações: depô-lo.

<sup>59</sup> Theophilo Ottoni, em artigo do dia 25 de março de 1862, em que tece uma crítica análise relativa ao real significado, para os liberais, da inauguração da estátua de D. Pedro, contrapondo o imperador destronado pelos brasileiros no dia 7 de abril de 1831 e os “restauradores que querem fazer-lhe depois de morto o que não puderam conseguir em sua vida”, tornando-o em uma “nova Ignez de Castro”, à memória dos que se levantaram contra o seu autoritarismo, manifestando-se enfaticamente: “De minha parte, filho da liberdade, veterano do 7 de abril, eu desmentiria o meu passado se me associasse de qualquer modo a uma tal solenidade.” Segue Ottoni afirmando que, sob a homenagem, na verdade os conservadores efetivam uma “expição” e indaga: “Qual o motivo brasileiro que possa explicar a inauguração da estátua equestre?” E conclui que a estátua “[...] teria uma significação de justiça e de verdade, se colocada em território português, comemorando o valor e a heroicidade com que o Sr. Duque de Bragança debelou em Portugal o governo absoluto e restaurou o sistema constitucional.”

Mais uma vez um projeto foi apresentado e arquivado, o de Domingos Coutinho de Duque Estrada, vereador à Câmara Municipal; nesse, houve novamente menção à abertura de uma subscrição pública em todo o país.

Em 1854, o deputado João Antônio de Miranda apresentou à Câmara um projeto autorizando o governo a mandar construir um monumento no Ipiranga e uma estátua na capital do império.

É interessante se ressaltar que os dois últimos projetos, datados dos anos de 1844 e de 1854 foram apresentados em momentos em que a consolidação da ordem já se encontrava, respectivamente, em um estágio avançado e já efetivada, a se considerar a vitória do governo sobre os levantes liberais de 1842, a construção do entendimento com a aristocracia da Província do Rio Grande do Sul que conduziu a Farroupilha e, não apenas, a derrota imposta aos praieiros, mas também a absorção de alguns deles— o exemplo típico foi Timandro, feito Visconde de Inhomirim pela Ordem imperial<sup>60</sup>. É também importante se recordar que em todas as propostas apresentadas, ficava evidente a idéia de um ato de reverência à memória do primeiro imperador em função do que ele havia doado aos brasileiros: a liberdade e a Constituição garantidora dessa liberdade.

Finalmente o projeto fluiu: foi resolvido que artistas seriam convocados a apresentar plantas e desenhos; em outra etapa, seriam chamados escultores e fundidores. O prazo estabelecido para brasileiros e estrangeiros terminaria em março do ano seguinte, mas foi prorrogado para o mês de maio, devido a pedidos de artistas residentes na Europa. Fervilhavam idéias, propostas e debates na Câmara, na imprensa e no IHGB, o que refletia o entusiasmo que tomou conta de muitos e o intenso trânsito de letrados entre esses espaços. Cabe comentar que no ano de 1862 seria comemorado o quadragésimo aniversário da independência, portanto, momento propício para inscrever o primeiro imperador no corpo da cidade.

---

<sup>60</sup> Considero relevante esclarecer que, se tal ocorreu foi porque não havia apenas um projeto de direção que se consolidava à medida em que os dirigentes saquaremas transformavam projetos em ações, mas também porque eles souberam efetivar a preservação dos monopólios da classe senhorial, consolidando-a ao mesmo tempo em que garantiam a Ordem.

Nessa ocasião, Manoel de Araújo Porto Alegre<sup>61</sup>, em artigo no jornal “Guanabara” explicou o porquê da pose eqüestre, afirmando que o bom entrosamento entre o cavalo e o cavaleiro enfatizava fadigas de combate e as glórias deles decorrentes. Havia mais: uma estátua eqüestre injetaria consistência nas metas a serem atingidas, por ser um estilo que remonta à Antiguidade e por ser própria para representar reis, governantes e heróis. Ao ser colocado no espaço público, o monumento faria com que toda a história voltasse continuamente à memória dos brasileiros, retirando do esquecimento um rico conjunto de mensagens, a partir daí simbolizadas pela estátua de bronze. Porto Alegre, considerando o espírito que permeava o planejado evento, deteve-se em identificar o “momento histórico que a estátua representaria: o ato da independência, o momento supremo deste herói [...]”<sup>62</sup>. Porto Alegre entendia a estátua como o cumprimento de um dever sagrado: “Desejamos o cumprimento desse dever sagrado desejamos a realização deste voto da gratidão nacional para com o príncipe que na fundação do Império poupou rios de sangue, e que ao apressar a crise nos fez ganhar tempo e consolidação” (apud Squeff, 2004, pp.234/235).

A comissão julgadora que avaliou os projetos foi formada por Joaquim Norberto de Souza e Silva, Eusébio de Queirós e Porto Alegre, sob a presidência do último, e premiou três projetos, o primeiro dos quais, o de João Maximiano Mafra, professor substituto de Pintura Histórica e discípulo da Missão Artística; a seguir vieram, respectivamente, os projetos de Luiz Jorge Bappo e de Louis

---

<sup>61</sup> É oportuno evidenciar que a trajetória de Porto Alegre foi marcada pelo ideal de construir uma memória para o Império, através da organização de uma iconografia brasileira; dentro dessa perspectiva se insere o projeto de construção de monumentos. Em “O novo estatutário”, de 1854, Porto Alegre deixou registrada a sua concepção da relevância do trabalho dos que se dedicavam a essa modalidade de arte: “O escritor trabalha em todas as matérias, e o estatutário, rigorosamente falando, é o homem do mármore e do bronze [...] é o tradutor da gratidão nacional, o ostentor da glória, o que perpetua a memória do homem, e o que o imortaliza”. (apud Squeff, 2004, p.232). Cabia, portanto, a esse artista efetivar o registro dos mais expressivos momentos da história do Brasil, imortalizar em metal nobre os que pelos feitos se constituíram nos heróis dessa terra. Essa modalidade de arte, pautada pela riqueza e pela grandiosidade, atuaria também como elemento capaz de mobilizar e de intensificar o sentimento patriótico, na medida em que “[...] sua função é exatamente lembrar, comemorar fatos e heróis.” (apud Squeff, 2004, p.232).

<sup>62</sup> A tríade grito, Ipiranga, D.Pedro, a associação entre o 7 de setembro e o nascimento da nação, a elevação do protagonista à condição de herói, a projeção do princípio da autoridade, expresso pela Constituição, como o guardião da liberdade são elementos presentes em obra publicada em 1854 por Varnhagem e retomados para análise por Souza que conclui que a partir das interpretações escritas o Brasil, ia ganhando uma imagem. (Souza.1998).

Rochet, estatuário francês de amplo renome, a quem coube a missão de realizar o conjunto.

O projeto de Mafra<sup>63</sup> apresentava o imperador em trajes militares, sem os desígnios da realeza, montado em um cavalo, tendo na mão direita a Constituição, eloqüentemente exibida a todos. No pedestal, o artista constituiu a associação do imperador, capturado e eternizado no seu momento maior, ao território do Império, simbolizado por quatro grupos indígenas que representavam o elemento nativo, cada um deles alusivo a um dos quatro grandes rios responsáveis pela demarcação territorial, o Amazonas, o São Francisco, o Paraná e o Madeira. O trabalho de Mafra apresentava o soberano unido ao Brasil, na sua feição original, através do elemento que tinha precedência sobre o colonizador português, o que significava a desejada e proposital ausência de menção ao passado colonial. “[...] Cada elemento da estátua, então, cada pormenor deveria ser justificado por um pertencimento histórico ao Brasil, concorrendo para elucidar seu passado e dar-lhe densidade histórica [...]” (Souza, 1998, p. 357). Há a acrescentar que na base do pedestal foram colocados os brasões das diversas províncias, significando a adesão de todas elas à monarquia o que era essencial ser apresentado e reafirmado após tantas e tão ferrenhas e perigosas lutas separatistas. Moreira de Azevedo associa a menção às províncias, à nação, o que deixava implícita a idéia de que, além da independência, os brasileiros deviam a quem a havia proclamado, a organização política do Império do Brasil<sup>64</sup>.

<sup>63</sup> Cabe um esclarecimento relativo ao fato de que a participação e o envolvimento de Porto Alegre nessa causa levantaram suposições de que o projeto vencedor era, na verdade, de sua autoria; a esse respeito, o diretor da Academia assim se manifestou: “ O desenho não era meu, mas sim, a idéia geral e eu estava no meu direito de dar uma idéia minha a um de meus discípulos [...]” (apud Squeff, 2004, p. 242). Além disso, há que a estátua inaugurada em 1862 trazia em si todos os elementos sugeridos por Porto-alegre, que propusera que a estátua apresentasse D. Pedro I “caminhando pela estrada de São Paulo, pára o seu cavalo no regato do Ipiranga, e proclama a independência do Brasil” e, dessa forma, fixasse o momento da independência. Para o mestre, a estátua eqüestre era o monumento por excelência.

<sup>64</sup> Abriu-se uma distância entre o que foi projetado por Mafra e o que foi consolidado por Rochet. A esse respeito lê-se no artigo intitulado *Uma parceria desastrosa* “[...] que o projeto foi modificado um pouco. [...] Mafra apresentava D. Pedro com o braço direito em gesto altivo, sustentando o chapéu na mão. Rochet cobriu o imperador com o chapéu armado, para ocultar, talvez o defeito da falta de semelhança fisionômica, aliás tão bem interpretada no busto em bronze, obra de Marc Ferrez, existente na Biblioteca da Escola Nacional de Belas Artes. O estatuário Rochet, não sabendo o que fazer da mão direita do imperador, pôs-lhe um papel que diziam ser o Manifesto às Nações, com a legenda “Independência ou Morte”. Os grupos simbólicos dos rios do pedestal constam do desenho de Mafra. Alteraram as colunas de suporte da iluminação à gás. No desenho de Mafra, as colunas eram palmeiras, cujos frutos seriam

Mafra, ao apresentar D.Pedro sobreposto ao território, ainda enfatizava a unidade que a iniciativa de seu ato legara ao Brasil, questão que mereceu intenso destaque quando foram reacendidos os debates relativos às diversas memórias que gravitavam ao redor do polêmico personagem e que tiveram seu ponto culminante nos dias que antecederam a inauguração da estátua, segundo se pode constatar pela leitura do seguinte fragmento de um artigo publicado no dia 25 de março de 1862, no *Jornal do Comércio*, sob o título *A Estátua Eqüestre*.

“[...] Mas igualmente o que, em consciência, não poderá se desconhecer, é que nem o pensamento da independência do Brasil teria a unidade de ação que teve, nem o fato se realizaria como se realizou, com geral aprazimento do país, nem entraríamos tão suavemente na vida política, chamando sobre nós a atenção apavorada das nações do mundo e das grandes potências da Europa, se independência não tivesse por si o príncipe. [...] O Sr. D.Pedro I tornou-se um centro de ação e de ordem; para ele voltaram-se as vistas de todas as províncias; e ante ele desapareceram todos os ciúmes de proeminência. Foi por isso que as grandes províncias, que sentiam dentro de si muita vida política, pressurosas aceitaram o Rio de Janeiro como centro e capital do novo império. Foi por isso que nas províncias não se ergueram parcialidades disputando o poder. Foi por isso ainda que, quando em 1824 se proclamou a República do Equador, vimos como este acontecimento não pode vingar. A nova nação queria o Brasil unido, o Brasil um só sob os auspícios de um governo, do qual se tinha a esperar a tranqüilidade e a prosperidade para o país”.

A proposta vencedora sobrepunha o primeiro imperador ao quadro natural, base do território que abrigava a Nação brasileira, evidenciando a afirmação de um projeto que, se em um primeiro momento, valeu-se predominantemente de instrumentos de dominação, há alguns anos, por razões já analisadas, priorizava os mecanismos ligados ao convencimento.

É ainda Souza (1998) quem joga forte luz sobre o que estava consolidado no monumento e que correspondia ao projeto político-pedagógico dos dirigentes saquaremas; fundia-se o 7 de setembro à Constituição Outorgada, fazendo com que a aclamação e a sagração perdessem espaço; esmaecia-se, assim, o que era passível de forte questionamento e que estava impregnado por uma franca memória negativa; esmaecia-se a *persona*, produzindo uma oportunidade preciosa para que o imperador passasse a ser visto sob uma outra ótica, aquela

---

os lampiões que iluminariam a estátua à noite. (cd-rom 500 Anos de Pintura Brasileira; (portal.iphan.gov.br/portal/montar/DetailConteúdo) essas alterações foram sugestões do próprio Rochet, que veio ao Brasil, em julho de 1856, para conhecer o local onde o monumento seria erguido e estudar os tipos dos nossos caboclos brasileiros. Aceitas as suas sugestões, o artista voltou a Paris.

dos que, à frente do governo, desejavam eternizar a versão compatibilizada com o projeto político-civilizatório por eles implantado. A data escolhida para a inauguração também fazia parte do texto a ser perpetuado, antepondo a autoridade de D. Pedro I à Constituição então vigente. Sem dúvida alguma, administrar qualificações e esquecimentos compõe parte dos mecanismos de direção.

Rochet trabalhou no grupo por sete meses até concluí-lo; enquanto isso o granito para a base era preparado em uma tenda de tábuas, na própria Praça da Constituição. A data originalmente prevista para a inauguração da estátua foi o dia 12 de outubro de 1859, mas como ela não ficou pronta, a inauguração foi transferida para o mesmo dia em 1860, depois para 1861 e, finalmente, para 25 de março de 1862, vindo a ocorrer em 30 de março desse mesmo ano.

Louis Rochet, tendo concluído o seu trabalho, apressou-se em trazê-lo para o Brasil, para isso aqui desembarcando no dia 17 de novembro para vir “trazer aos brasileiros o monumento erguido pela gratidão nacional” (Azevedo, 1969, p.15). A estátua e o pedestal desembarcaram da galera francesa *Reine du Monde* no dia 19 de outubro de 1861; a estátua já havia sido apresentada na Exposição das belas-artes, aberta em Paris em 1 de maio desse mesmo ano.

Em 1 de janeiro de 1862 transcorreu, em estilo grandioso, a cerimônia da colocação da pedra fundamental do monumento, contando com a presença das pessoas imperiais, dos membros do Ministério, da Câmara Municipal e da comissão da estátua. A banda do Batalhão dos Fuzileiros Navais tocou o hino nacional e o presidente da comissão fez um discurso marcado pelo patriotismo, findo o qual foi encerrada a caixa de cedro - que continha objetos relacionados ao projeto da estátua e ao que se comemorava - em outra caixa, de chumbo, que foi colocada no local estipulado. Terminada a cerimônia, todos desceram à tenda onde se encontrava a estátua e o imperador conversou com Rochet a respeito da obra; a seguir, “o estatuário franqueou às pessoas decentemente vestidas a entrada da tenda” (Azevedo, 1969, p.23).

Marcada para o dia 25 de março de 1862, a cerimônia de inauguração teve que ser transferida para o dia 30, devido à forte chuva que caiu sobre a

cidade. O Jornal do Comércio, arauto dos que comemoravam a inauguração da estátua ressaltava a propriedade da homenagem “de um povo agradecido e generoso ao imortal fundador da sua autonomia e nacionalidade, com os erros dos homens, com as faltas do governo do próprio herói cuja memória se celebra”<sup>65</sup>; prossegue o jornal afirmando que a estátua do primeiro imperador significa uma idéia à qual todos os brasileiros verdadeiramente amantes de seu país devem prestar respeito, nela vendo a presença do arauto da independência da pátria, pensamento comungado pela “universalidade dos brasileiros”<sup>66</sup>. Ainda a esse respeito, a edição do dia 25 de março tem um tom festivo: “O aniversário da constituição política do Brasil, reveste-se hoje de novas galas, de extraordinário esplendor, porque nesse dia comemoram-se os dois fatos mais importantes da nossa história - a independência e a organização política.” Ressaltando a importância de um povo reviver suas tradições, o jornal afirmava que um povo que não o faz é um povo degenerado; “[...] até os bárbaros da Ásia e África, até os selvagens das nossas matas, recordam de seus antepassados, e rendem homenagem à sua memória.”

Mas outros homens também tinham o que dizer a respeito do que os Conservadores planejavam e que estava em vias de efetivação; eram vozes que também emergiam da boa sociedade, mas que tratavam o assunto de maneira diversa: “Felizmente o aniversário da constituição política do império deixou de ficar confundido com a inauguração do monumento levantado àquele que menos a respeitou. Cada um terá o seu dia, como cada um tem seus adoradores distintos”<sup>67</sup>. Por fim, atribuíram à “Providência” que duas idéias inteiramente opostas deixassem de ser confundidas. Assim pensavam os homens do Partido Liberal.

O mesmo texto era lido de forma diversa por homens cujas matrizes políticas apresentavam algumas divergências, ainda que no passado muitos deles tivessem comungado as mesmas aspirações e se alimentado dos mesmos princípios. A situação então vigente envolvia um magistral duelo de memórias.

---

<sup>65</sup> Jornal do Comércio, 23 de março de 1862.

<sup>66</sup> Jornal do Comércio, 23 de março de 1862.

<sup>67</sup> Diário do Rio de Janeiro, 26 de março de 1862, Noticiário.

Os dias se passavam ao clamor de debates, as obras tinham continuidade, os preparativos prosseguiam, um rígido cerimonial era traçado e, assim, amanheceu o dia 30 de março! A festa foi detalhadamente planejada para também permanecer inscrita na história do Brasil como um dia de excepcional grandeza. Correspondendo à grandiosidade da obra forjada em bronze, que pelas suas proporções só poderia ser comparada aos monumentos de Frederico II, em Berlim, de Pedro, o Grande em São Petersburgo e de Carlos Alberto, em Turim, estava programada a execução de um magnífico *Te Deum* composto para a inauguração da estátua de João Guttemberg, regido pelo professor Francisco Manoel da Silva à frente de 500 músicos. Em determinado momento do *Te Deum* estava programada uma descarga de artilharia semelhante ao modo com que havia sido executada na Mogúncia e porque a peça assim o exigia<sup>68</sup>. As bandas de música que foram designadas para participar do evento só tocariam, antes da cerimônia, peças compostas por D Pedro I, inclusive o hino da independência.

A meticulosa preparação da festa de inauguração da estátua e a realização da mesma são imagens oferecidas à análise histórica; nelas estão visíveis os elementos da Ordem imperial, a pompa e a hierarquia. A inauguração da estátua pressupõe a festa, registro único na história do império, documento de um momento extraordinário; a festa reafirma que há o que celebrar, marca o tempo e o registra para a posteridade. Embasa esse raciocínio o que foi afirmado no *Jornal do Comércio*.

“[...] O primeiro monumento político do Brasil devêra de ser, como o é hoje levantado à lembrança do centro prestigioso e do braço mais vigoroso da nossa independência e existência como Nação e como monarquia. Os cooperadores do grande príncipe terão seu lugar do lado dele e após ele; identificam-se com o seu nome e com os feitos que hoje comemoramos [...]”<sup>69</sup>.

Palavras e imagem colocadas a serviço da efetivação de um dos instrumentos da expansão para dentro: por meio da pompa, impressionar os sentidos, alimentar o deslumbre, gerar o encantamento e, dessa forma, inscrever valores nos brasileiros, agregando-os ao redor de um discurso tornado credo.

---

<sup>68</sup> Consultar o *Diário do Rio de Janeiro* do dia 13 de março de 1862, na sessão Variedades. Lembra, ainda, essa mesma matéria que a estátua de bronze de Guttemberg, com 12 pés de altura, contém e projeta para o futuro a lembrança “da maior, da mais sublime invenção dos tempos modernos, a descoberta da imprensa.”

<sup>69</sup> *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1862.

O espaço da praça foi demarcado de forma tal que fosse ressaltada a importância do que se comemorava e foi pedido enfaticamente, pelo governo e por seus agentes que os que comparecessem estivessem “*decentemente vestidos*”; lê-se na edição do dia 24 de março de 1862 do Diário do Rio de Janeiro que podia-se supor que a discriminação dos trajes ficaria sob responsabilidade dos soldados policiais.

A majestade de que D. Pedro I foi sendo investido ao longo de um tempo contido entre o início da sua regência, em Abril de 1821, ocasião em que se iniciou o processo de construção de sua persona quando, ainda Príncipe, começou a despontar como essencial para a construção do Brasil como corpo político autônomo (Souza, 1998) e a sua aclamação/sagração como imperador do Brasil tornou-o a cabeça e o coração do novo Estado. Passou a ser primordial, então, que os componentes desse novo corpo político soubessem de sua nova condição e se reconhecessem como membros do mesmo, para tal sendo relevante a celebração de valores cívicos que atuariam como elementos aglutinadores. Dentro dessa ótica, era essencial definir, construir e estreitar as relações entre o imperador e cada súdito/cidadão, vínculos que deveriam ser forjados e consolidados por meio da criação de imagens, de símbolos e pela efetivação de rituais públicos.

Para que tal se efetivasse, José Bonifácio deu início a um processo de definição das datas nacionais, dos símbolos patrióticos, das cerimônias e festejos públicos e da distribuição do retrato do imperador pelo território nacional, enfim, envolveu-se na construção de tradições que se mesclariam à identidade nacional cuja constituição também se efetivava. Passou-se a celebrar o novo país em eventos que projetavam os recém criados símbolos e os seus respectivos significados – que deveriam ser inscritos nas almas dos que habitavam o território do império como um verdadeiro credo - capazes de mobilizar, com eficácia, as emoções dos súditos. Nesse contexto, palavras e gestos ganharam especial significação, tornando-se elementos através dos quais os dirigentes imperiais construía e afirmavam uma *nova ordem* centrada na figura de D. Pedro I. Era a celebração da nova pátria, para a qual havia a expectativa de um futuro promissor.

Esse era um momento precioso, pois ao mesmo tempo em que se celebrava o novo horizonte descortinado pelo brado do Ipiranga, as lideranças políticas da Corte e das Províncias, os homens de 1822, elencavam instrumentos que consolidassem o regime monárquico recém fundado, o Estado nacional e uma cultura política para o jovem país. Urgia consolidar a idéia de nação relacionada à concepção de um Estado definido/organizado em termos políticos, ambos constituídos sobre um território com fronteiras demarcadas.

As atitudes tomadas pelo imperador haviam conformado a sua persona e os Saquaremas precisavam ressignificá-la, enfatizando o compromisso do imperador com a causa da liberdade. A preservação de D. Pedro I como o “corcunda” de 1823 atingia diretamente os construtores e mantenedores da ordem imperial centrada na articulação do Poder Moderador a um Poder Executivo forte. Para esses homens que submeteram o governo da Casa ao do Estado (Mattos, 1994), era essencial que do espaço histórico das recordações geradas pelo brado do Ipiranga – que permitiu que os que habitavam esse território e se envolveram com a causa brasileira celebrassem a recém conquistada liberdade e com o peito cheio de júbilo cantassem emocionados e agradecidos ao jovem príncipe imediatamente tornado nosso imperador, “[...] Parabéns, ó brasileiro / Já com garbo varonil / Do universo entre as nações / Resplandece a do Brasil”<sup>70</sup>. Desse espaço histórico situado no passado se deslocaria para o presente e se projetaria para o futuro, consolidada, a memória do duplo legado: a liberdade e a Ordem, elemento dela garantidor.

Na verdade, ao se encerrar a década de 1840, os homens que detinham nas mãos os rumos do Império, valendo-se do que estava definido na Constituição de 1824 – o Poder Moderador e um Poder Executivo forte - haviam se sobreposto a todas as tensões que se traduziram em riscos para a integridade territorial e para o centralismo administrativo, para a manutenção da escravidão e para a concessão de direitos políticos apenas aos que possuísem renda para exercê-los. Também estava afirmada uma formação social que, composta pela boa sociedade, pela plebe e pelos escravos – em conjunto, formadores dos três mundos que coexistiam de forma ordenada e com as respectivas funções muito bem demarcadas dentro do Império do Brasil, a saber os mundos do Governo, da

---

<sup>70</sup> Evaristo da Veiga. Hino Constitucional Brasiliense, 1822.

Casa e da Rua- (Mattos, 1994). O que fora assegurado deveria ficar registrado para o futuro; deveria ser visto pelas próximas gerações de brasileiros, como um legado.

Justiniano José da Rocha, uma das mais expressivas vozes conservadoras, não discordava dos que viam o primeiro imperador pelas lentes do autoritarismo ao longo do primeiro reinado e do período regencial; mas, ao fazer um balanço das condições que vigoravam em meados dos anos de 1850, momento em que se efetivava a almejada Transação<sup>71</sup>, passou a censurar os que ainda se referiam a D. Pedro I como um memorável corcunda, pois essa abordagem depreciava o Poder Moderador e minimizava a importância de um Poder executivo forte para a bem sucedida afirmação da ordem imperial. J.J. da Rocha procurava consolidar a memória de D. Pedro I como um homem fiel aos respectivos princípios e palavra, valoroso e eficiente ao reprimir os excessos da liberdade – já há muito associados à desordem – hábil na rapidez com que tomou medidas necessárias, como o fechamento da Constituinte, decorrente do risco das pretensões democráticas, pontual ao zelar pela preservação da integralidade do eixo da autoridade – como a resposta por ele dada aos pernambucanos, em 1824 – mesmo ao custo da impopularidade.

Cabe, neste ponto, tecer uma consideração relativa à representação do tempo, categoria com a qual José Justiniano da Rocha trabalha, revestindo-o de um caráter educativo, procurando conscientizar os homens que estavam à frente do governo para alertá-los sobre possíveis e danosos riscos para o futuro do país. Na fase anterior à modernidade essa representação era cíclica, não havendo grande diferença entre passado, presente e futuro, pois tudo recomeça, o que nos reporta ao espaço da “história mestra da vida”. A partir da modernidade a representação do tempo se tornou linear, homogênea e vazia, sendo que os homens, ao produzirem conjuntos de acontecimentos (ação-reação) preenchem esse tempo, buscando ter controle sobre ele. Dentro, ainda, dessa linha de raciocínio, a Transação preconizada por Justiniano José da Rocha deve ser vista como um prognóstico, podendo tanto ser inevitável como passível de não se efetivar, situação em que o tempo linear se tornaria cíclico o que, sem sombra de

---

<sup>71</sup> Justiniano José da Rocha. 1856. Ação; reação; transação. duas palavras acerca da atualidade política do Brasil in: Raimundo de Magalhães Júnior. 1956. Três panfletários do segundo reinado. São Paulo, Cia. Editora Nacional. Coleção brasileira.

dúvidas, conduziria o país ao atraso. Esse alerta foi feito pelo autor no início do seu panfleto, documento de iminente sentido pedagógico.

Justiniano José da Rocha, em seu panfleto, dirigiu-se aos governantes, referendou a história como mestra, indicou a propriedade da reflexão sobre o passado – seu espaço de experiência - e delineou seu horizonte de expectativa, a afirmação da Transação, o momento presente a ser projetado para o futuro; alertou os dirigentes do Estado imperial para que considerassem as reflexões por ele articuladas e as advertências por ele tecidas. O futuro a que J.J.da Rocha se referia já se encontrava bastante próximo e era considerado o plano político mais elevado, pois significava o momento em que as paixões já se teriam arrefecido e em que ocorreria o triunfo da Civilização e o Progresso do espírito humano.

Ao fazer uma análise política do império, o autor em questão tinha um objetivo pragmático: deseja dizer à boa sociedade, e mais particularmente aos dirigentes imperiais, como deveriam agir politicamente: o tempo das paixões e dos embates era findo. Liberdade e autoridade eram indissociáveis, mas poder-se-ia descortinar para o Império uma nova fase de turbulências e tudo teria sido posto a perder. Era essencial que a boa sociedade comungasse dos elevados princípios que regiam a Transação.

É importante ressaltar que todos os argumentos utilizados pelo iminente conservador para sustentar seu ponto de vista se encontravam embasados pela história, o que Justiniano José da Rocha deixou claramente afirmado no primeiro parágrafo do seu texto:

“O estudo refletido a história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência da política demonstrada. Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação, períodos de reação, por fim períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização”.<sup>72</sup>

Aqui está dito claramente que a história, a razão e a ciência do político serão os elementos utilizados para legitimar as afirmativas e os prognósticos por ele apresentados.

---

<sup>72</sup>Ibidem., p. 163.

Postas essas considerações, entende-se porque Justiniano José da Rocha fez uma releitura do contexto político em que se inseriu a primeira Constituição e do significado da mesma:

“O [...] conselho de Estado formulou uma constituição política, e ele a ofereceu ao juramento dos Brasileiros, que lhe assentissem. Dessa constituição tinham sido fontes os publicistas mais adiantados da escola liberal; o poder havia feito amplo o quinhão da liberdade; generosa era a parte da influência deixada à democracia no governo do Estado.”<sup>73</sup>

Era preciso tornar os brasileiros “agentes consentidores” (Todorov, 2002) dessa caminhada pelo envolvimento, pela releitura do texto histórico inscrito na estátua, de uma memória retomada, reconstruída, em essencial no que ela possuía de melhor – o sentido da liberdade. A empreitada assumida pelos dirigentes imperiais se apoiava, sem dúvida, em uma carga emotiva com potencial produtivo: reinserir, sob uma outra ótica, o passado no presente. É oportuno frisar que para os mentores do projeto, a liberdade era considerada o legado por eles próprios garantido e reafirmado, pois apenas a ordem foi capaz de lhe dar sustentação.

A estátua é a máscara que se faz de D. Pedro I, máscara que encobre outras faces e ressalta uma outra obra igualmente dotada de essência conservadora. Disso sabiam tanto os homens que estavam no governo quanto os que lhes fazia oposição.

Coexistiam duas memórias relativas ao imperador em questão e elas convergiam para a estátua, nela se encontrando e suscitando acalorados debates: “colosso de bronze” ou “mentira de bronze”? Argumentos consolidados, leituras e releituras respaldadas pelo que se havia publicado na época, pelos discursos proferidos na Câmara e pelos depoimentos de homens às circunstâncias contemporâneas, fundamentavam Conservadores e Liberais dando sustentação às duas versões.

No entanto é oportuno reafirmar que o Império vivia, nos anos 50, um momento bastante significativo: fase em que, arrefecidas as paixões e resolvidas as diferenças relativas ao grau maior ou menor de autoridade concernente ao Rio

---

<sup>73</sup> Ibidem., p.167.

de Janeiro<sup>74</sup>, administrava-se a aguardada e necessária Transação<sup>75</sup>. Portanto, era um dever dos que dirigiam o Império, em nome da preservação dessa condição superior, empreender esforços para que fosse ressaltada, reafirmada e imposta pela inscrição no espaço público, a memória relativa a D. Pedro, Príncipe Regente de 1821 e de 1822, quando se fez imperador, e do início de 1823. A estátua alimentaria a Transação, cujos princípios essenciais, sob o molde do bronze estariam disponíveis para a posteridade. Portanto essa era a hora propícia para reapresentar aos brasileiros a memória do primeiro imperador, aquele que desde

“[...] o verdor dos anos vinte viveu entre nós, até que nos deixou para completar os seus altos destinos do outro lado o Atlântico, resume em si independência e liberdade política do Brasil; significa mais, atesta a proteção que ao Altíssimo tem merecido sempre a terra da Santa Cruz, onde não se conhece o despotismo dos senhores absolutos, a atrocidade dos caudilhos do Novo Mundo, ou a anarquia das turbas democráticas”.<sup>76</sup>

A reconstrução dessa memória justificava e era justificada pela efetivação do projeto da estátua. Tratava-se de centrar as atenções e a narrativa no Príncipe, que nos anos de 1821 e 1822 foi disputado por forças políticas diversas, já se apresentando como detentor de significativo poder decisório e envolvido, ainda em 1822, com preocupações conciliatórias.

O Príncipe, que no dia 9 de janeiro, ao decidir e anunciar que permaneceria no Brasil o fez para manter unida, em estado de “felicidade geral”, a nação composta pelos portugueses europeus e pelos portugueses americanos. A manutenção da unidade e o espírito de conciliação permeavam as intenções e as realizações do então regente do trono. Mas a agilidade das Cortes na votação de medidas altamente incompatíveis com os ideais dos portugueses americanos e a decorrente progressão dos acontecimentos terminaram por transformar D. Pedro

<sup>74</sup> Refiro-me ao antigo debate entre os Liberais e os Conservadores no que concerne ao maior ou menor grau de autoridade do governo do Estado Imperial sobre as diversas províncias.

<sup>75</sup> Tanto Nabuco (1936) quanto J. J. da Rocha (1956) evidenciam o sentido e a importância da Transação: trata-se de comunhão de princípios e idéias do mais alto padrão, centradas em um consenso segundo o qual a ordem funda e garante a liberdade. Para esse ponto voltavam-se as mais abastadas mentes políticas do Império, desejosas de afirmá-lo e conscientes dessa necessidade para que esse precioso momento não se esvaziasse tornando-se simples Conciliação de partidos.

<sup>76</sup> Jornal do Comércio, 25 de Março de 1862.

em árbitro<sup>77</sup> no delicado momento em que projetos políticos de natureza diversa quanto ao pós independência passaram a se chocar.

D. Pedro I, já imperador do Brasil, tão especialmente caro aos brasileiros, sendo por eles homenageado com o título de Defensor Perpétuo, depois de ter-lhes dado a liberdade, afrontou-a ao fechar a Assembléia, passando a ser acusado de desejar reunir o Brasil a Portugal, o que se constituía em uma traição aos brasileiros. Iniciavam-se, nesse ponto, o esfacelamento da imagem do árbitro e a emergência da representação associada à tirania.

Esse era o ponto a ser trabalhado pelos Saquaremas: selecionar fragmentos a serem extraídos do passado já há muito concluído, mas passível de ser introjetado no presente e conduzido a um futuro já tornado presente no plano das intenções dos dirigentes imperiais. E esse era, também, o momento apropriado, pois a direção saquarema estava concluindo o seu processo de consolidação; para se afirmar, para se legitimar deixando a marca da própria identidade inscrita nos brasileiros, era necessário<sup>78</sup> juntá-los, harmonizá-los, e a imagem de D. Pedro I era propícia a efetivar essa articulação, pois em significativos momentos do passado, ele havia sido árbitro. Apesar de vitoriosos na imposição da Ordem ao Império, esses homens sabiam que hostilizar os luzias não seria a melhor das estratégias. Nos anos de 1850, o poder do Estado estava reconhecido; o caminho, completo; o Império do Brasil, constituído. Ordem, civilização e liberdade fundamentada pela autoridade foram vitoriosamente contrapostas aos turbulentos anos da regência, tempos de uma Reação que não mais deveria se repetir.

Nabuco de Araújo já havia elevado a sua ponderada voz em relação a essa questão

[...] A grande missão do governo, e principalmente do governo que representa o princípio conservador, não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identificá-las com a monarquia

---

<sup>77</sup> Divergiam as duas facções do Partido Brasileiro, Aristocratas e Democratas, quanto à participação popular no movimento e quanto à questão de serem ou não efetivadas reformas após a independência; divergiam as províncias do Norte das do Sul, exigindo, respectivamente, autonomia político-administrativa e o centralismo.

<sup>78</sup> É conveniente recordar que a preocupação dos dirigentes saquaremas com a harmonização dos brasileiros dizia respeito, apenas, aos que compunham a boa sociedade.

e com as instituições, dando-lhes prova de confiança para que possa dominá-las e neutralizar as suas exagerações. Se representais o princípio conservador, como quereis destruir a influência que se funda na grande propriedade? (apud Joaquim Nabuco, 1975, p.145).

Os dirigentes do Estado imperial consideraram a reflexão de Nabuco e reconheceram que a casa estava, há muito, harmonizada com a autoridade, de tal forma que mesmo quando os Liberais estiveram à frente do governo, os relevantes princípios da Ordem e da Civilização foram mantidos na integralidade, sobrepondo-se às divergências políticas de menor espectro e preservando os interesses da boa sociedade, situação para a qual Justiniano José de Rocha também chamou a atenção<sup>79</sup>: a tarefa a ser realizada era a de reaproximar os que compunham o segmento social superior. A hostilidade não os levaria à consolidação dos seus interesses maiores.

Vozes de reconhecidos prestígio e experiência levantavam-se e faziam-se ouvir: a consolidação adviria da transação entre vencedores e vencidos da boa sociedade e expressaria a transformação dela em classe senhorial, no momento crucial da crise do sistema escravista.

Para celebrar o prestigioso momento, os Saquaremas pinçaram do passado, precisamente de 1822, o mais expressivo dos fragmentos, relativo à liberdade concedida e garantida: a independência e a Constituição. A ressignificação da memória relativa a D. Pedro I permitiria que, ao trazê-lo para o presente e eternizar-lhe a imagem fundindo-a em bronze, também se efetivassem outras, mas não menos importantes fusões: liberdade/ordem, D.Pedro I/Saquaremas, que seriam projetadas para o futuro, dando relevantes depoimentos às futuras gerações.

A passagem dos anos, a morte de D. Pedro I em Portugal e a sobreposição dos Saquaremas a todas as circunstâncias que lhes ameaçaram a afirmação da obra político-civilizatória produziram neles a necessidade de ressignificar a persona do primeiro imperador, e para dar sustentação a esse projeto houve uma mudança no tom e na essência dos pareceres, dos artigos e dos discursos proferidos pelas lideranças do Partido Conservador. Tornou-se necessário, então, rememorar e redimensionar o compromisso assumido por D.

---

<sup>79</sup> O autor faz referência aos vários momentos em que os liberais ocuparam e contribuíram com a obra da reação monárquica efetivando-a e tendo os próprios interesses por ela garantidos.

Pedro I com a causa da liberdade e para tal, houve o resgate e a divulgação do que sobre ele havia escrito Benjamin Constant: “l’apparition de D. Pedro en Portugal donnerait à l’Europe une face nouvelle. Jamais homme ne fut appelé à produire pareil effet [...] en Europe il será d’emblée em première ligne, il será l’homme de la liberté constitutionnelle” (apud Mattos, 1998).

Na verdade havia um “conto”, uma história efetivamente acontecida e comemorada, que além de ter coberto o primeiro imperador com o mais autêntico dos mantos, aquele tecido com o amor, a admiração e a profunda gratidão dos que viviam no Brasil, acabou por “conferir” a ele (por direito e pelo desejo do povo), a nacionalidade brasileira<sup>80</sup>. Mas no decorrer de um breve período de tempo, tensões políticas foram criadas e se agudizaram, contrapondo brasileiros e portugueses; no centro dessas tensões pontificava, soberano, D. Pedro I: o que havia concedido aos brasileiros a liberdade afastou-se dos homens de 1822, fechou a Constituinte, mandou prender os deputados - inclusive muitos deles em solo português -, outorgou a Constituição de 1824 e lançou mercenários estrangeiros contra parte da “brava gente brasileira”, aqueles que da Província de Pernambuco elevaram as suas vozes contra a “face hostil” do autoritarismo recém e dolorosamente descoberto no jovem imperador, que “não soube moderar os impulsos de sua ambição”<sup>81</sup>, enfatizando o compromisso assumido com a causa da liberdade, tão bem expresso pelos versos de Evaristo da Veiga que, com imensa pertinência, lhes serviriam de lema “Ou ficar a pátria livre / Ou morrer pelo Brasil.”<sup>82</sup>

A situação política era da maior transparência: “O país enganou-se com o príncipe, e o príncipe enganou-se com o país. Foi desse engano recíproco que resultaram todos os males que retardaram o progresso da liberdade e da prosperidade nacional”<sup>83</sup>.

Ao serem analisadas as significativas questões que perpassavam os debates relativos à estátua do primeiro imperador, é necessário que sejam feitas considerações relativas ao local escolhido para assentá-la, questão de

<sup>80</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862. Lê-se no artigo *Uma Página de História*: “o seu caráter propriamente brasileiro”.

<sup>81</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

<sup>82</sup> Evaristo da Veiga. Hino Constitucional Brasiliense, 1822.

<sup>83</sup> *Uma página da História*. In: Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

fundamental relevância. Partindo-se do princípio de que monumentos são elementos artísticos que comunicam mensagens de teores diversos e que contemplam a intenção da permanência, o que os coloca sob o foco de discussões relativas à identidade e poder, a escolha do espaço em que serão colocados demanda cuidados especiais: deve ser um espaço impregnado de simbolismo a ser acrescido de valor estético, espaço no qual estejam inscritas expressivas páginas da história de um povo. “[...] Por meio da necessária espacialidade que [...] têm, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meio de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os constituíram” (Corrêa, 2005, p.4). A relação existente entre monumentos, paisagem, política e identidade deve ser cuidada com especial atenção, o que foi priorizado pelos homens que dirigiam o Estado Imperial em meados do século XIX. A estátua eqüestre de D. Pedro associaria produção simbólica e identidade nacional e se constituiria em um elemento de argumentação, visando convencer e persuadir no espaço público urbano. A praça seria elevada à categoria de “sítio sagrado” nacional, local de celebração do culto ao primeiro imperador e ao que por ele foi legado aos brasileiros. “[...] Simbolismo, visibilidade e acessibilidade compõe, juntos, os fins e os meios que giram em torno do monumento.” (Corrêa, 2005, p.6).

A localização do monumento é, portanto, dotada de sentido político e por isso suscita debates e gera fortes contestações; monumento e localização evidenciavam oposições e conflitos, quer porque assinalavam a indiscutível supremacia de uma facção da aristocracia rural, reunida no Partido Conservador, quer porque traduziam a contestação dos Liberais à ordem constituída pelos primeiros. Monumentos e todas as questões que gravitam ao redor deles, revelam conflitos e podem intensificá-los, em especial no caso de homenageados que inspirem memórias antagônicas. Theóffilo Ottoni, uma das mais respeitadas vozes liberais de meados do século XIX, afirmava que não havia relação entre D. Pedro I e a liberdade, à qual deveriam servir de referência José Bonifácio e os outros homens de 1822, os revolucionários pernambucanos de 1817 e de 1824.<sup>84</sup>

Corrêa também enfatiza o ponto de que monumentos e memoriais consolidam um discurso conservador ao projetar para o futuro a ordem pelo

---

<sup>84</sup> Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

grupo dirigente afirmada, tornando-se parte do processo de “re-criação” da história, da paisagem e da tradição.

Não apenas a localização tem expressividade no domínio da relação existente entre monumentos, paisagem, política e identidade; há a se ressaltar a questão concernente às dimensões. Sem a menor sombra de dúvida, as proporções de um monumento acrescentam-lhe majestade, enfatizam-lhe o texto nele inscrito, intensificam a admiração por ele despertada, o mesmo o fazendo em relação às críticas, pois provocam contra discursos. A estátua eqüestre de D. Pedro, o primeiro monumento a ser erguido no território do Império deveria ser grandiosa, e o era. Seu peso foi calculado em 3800 arrobas (800 arrobas a estátua, 2000 arrobas todo o pedestal; o restante, os grupos que simbolizavam os rios) e sua altura em 71 palmos (dos quais 27 palmos a estátua e 29 palmos, o pedestal)<sup>85</sup>. O texto legado à posteridade era eloqüente, em conformidade com a iconografia do triunfo que exigia que detalhes decorativos, gestos majestáticos, recursos que traduzissem a vitória; o tamanho das estátuas, algumas vezes colossal, também era parte dessa programação visual. Ilustra esse último dado que no decorrer dos trabalhos de elaboração e de montagem da estátua de Luis XIV em Paris, na Praça Luís, o Grande, os trabalhadores podiam almoçar no ventre do cavalo.

Os elementos acima articulados passaram a compor o que foi proposto ao culto e à divulgação, o que deveria ser inscrito na praça, espaço público por excelência, e no espírito de cada brasileiro, passando a compor uma representação positiva do imperador associada ao momento do grito.

Chegamos a uma questão instigante: como e porque D. Pedro I, persona de múltiplas e contrastantes interfaces foi resgatado do passado, ressignificado e projetado para a posteridade pelos dirigentes do Estado imperial? É importante se recordar que muitos desses homens estiveram envolvidos na ação liberal que transcorreu entre 1827 e 1831 e que desembocou na revolução de 7 de abril.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> Esses dados foram obtidos no Diário do Rio de Janeiro, em matéria publicada no dia 25 de março de 1862, na sessão Noticiário. Se tomarmos a relação 1 arroba = 15 quilos, nos deparamos com um total de 57 toneladas de bronze alocadas à causa da perenização da glória do primeiro imperador! Também por isso, levantaram os liberais uma significativa questão: haveria, no referido governante, grandeza verdadeiramente agregada que lhe legitimasse tal representação?

<sup>86</sup> Diário do Rio de Janeiro, 29 de Março de 1862. A esse respeito o jornal se reporta a Evaristo da Veiga lembrando-lhe uma bela frases, segundo a qual “[...] a pedra rolou da montanha e a

Para responder à questão anterior, entramos no domínio do que Paul Zumthor<sup>87</sup> apresentou como um conjunto de operações mentais sofisticadas que estabelecem o processo de rememoração e a posterior transmissão.

Esse processo envolve uma triagem que permite que se possa escolher o que legar à lembrança e o que rejeitar, em vista da existência de significados mais ou menos expressivos. A tradição persiste mantida pelo exercício da lembrança, pelo hábito e pelo esquecimento. Zumthor se reporta a Ortega y Gasset, que considerava “a tradição [...] uma colaboração que pedimos *ao nosso passado* para resolver nossos problemas atuais.”(apud Zumthor, 1988) Por tradição, entenda-se um conjunto de modelos, normas, tipos veiculados pela memória e pelos costumes coletivos que viabilizaram “aos membros de um determinado grupo social a *compreensão* e a interpretação espontâneas de sua vivência cotidiana a cada instante da experiência.”(Zumthor, 1988).

O autor segue afirmando que não existe compreensão total e que nenhuma interpretação faz sentido, a curto prazo, a não ser pela fragmentação que lhe é inerente. Na idéia de fragmento existe a de esquecimento; nesse espaço ele opera ou, melhor dizendo, é produzido pelo grupo social dominante que, por meio de medidas de matrizes diversas, estimula a memória do grupo, pela qual ordena a existência e lhe confere continuidade e aos comportamentos constitutivos de uma cultura operando, dessa forma, um processo seletivo; seleção essa que não é um fim em si, mas o elemento garantidor da permanência de um conjunto de interesses, de símbolos, conceitos e vocábulos, de concepções de vida e de comportamento, de posturas políticas e mentais, de valores e justificativas relativas ao uso de instrumentos diversos que os validem e garantam. Trata-se, na verdade, de lhe garantir a continuidade. Reafirmando, o objetivo de rememorar é transmitir. Coabita esse domínio a idéia de saneamento: “a seleção determina o que, no vivido, foi, é, e tem chance de permanecer funcional.” (Zumthor, 1988).

---

revolução veio vingar o sangue dos mártires e resgatar os direitos nacionais conculcados [...]”, conforme se pode ler em artigo por esse jornal publicado.

<sup>87</sup> Trata-se de uma entrevista concedida à Folha de São Paulo, em 17 de dezembro de 1988, em que o autor faz reflexões relativas às questões de memória partindo do ponto da seleção dos mais convenientes fragmentos, em uma operação marcada pela seletividade.

É dessa forma que o passado permanece através da operação que se inicia pelo registro. O exercício da memória destrói, para concluir, um inventário de hábitos.

### 2.3. “Uma restauração inconveniente”<sup>88</sup>

Mas, e isso também era indiscutível, havia uma persona fortemente impregnada por dolorosas recordações geradas por atitudes que muito feriram a maioria dos brasileiros traindo-lhes as mais expressivas expectativas, e sobre essa densa realidade não se podia passar uma borracha. Havia homens iminentes envolvidos não em produzir um registro, mas em reafirmar o passado, como Homem de Mello que em 1863, sob a luz da memória liberal se remeteu dos anos 20 para o momento que lhe era contemporâneo, com o objetivo de salvá-la, segundo Souza (1999), da calúnia ou do esquecimento.

“Raça degenerada somos nós, que renegamos as glórias tão vividas do nosso passado, rasgamos as páginas mais brilhantes da nossa história, e cobrimos de insultos uma geração inteira para sobre as ruínas de sua reputação erguer o vulto dos ídolos do dia”. (MELLO, apud Souza, 1999, p.358).

Entretanto, “não adianta fazer de tudo para repelir certas lembranças; elas voltam a assombrar nossas insônias”<sup>89</sup>, em especial em circunstâncias permeadas por inflamado debate já visível no início da década de 1820, momento em que já se encontravam divergências relativas à figura do imperador e a quem o investira do poder. Segundo a Gazeta do Rio de Janeiro, D.Pedro I havia libertado o Brasil do jugo das Cortes de Lisboa; para o redator do Correio Brasiliense, João Soares Lisboa, o imperador era fruto da soberania popular.<sup>90</sup> Serão essas as memórias que retomarão o cenário político e a ele se imporão quando o projeto da estátua, verdadeira carta das intenções saquaremas, for retomado.

<sup>88</sup> Veiga, Evaristo. Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

<sup>89</sup> Todorov, 2002, p.142. O autor trabalha a idéia da impossibilidade de submeter a memória à vontade, ainda que seja à vontade, como no caso em estudo, dos dirigentes imperiais.

<sup>90</sup> Souza chama a atenção para essa questão ao trabalhar com a relação existente entre identidade, celebração e cultura política no artigo A praça pública e a liturgia política. Caderno CEDES, v.22, n.58 Campinas. 2002.

Poderosas vozes liberais passaram a se levantar, projetadas pelo renascer que então viviam e faziam ecoar pela imprensa a sua percepção dos fatos vinculados a D. Pedro I e à memória que deles decorreu; nesse contexto é oportuno que se reflita sobre as palavras do autor de *O Libelo do Povo* – antes de sua integração à Ordem imperial – para o qual D. Pedro I aparecia não como o homem do duplo legado, mas como aquele que usurpou a Soberania do Povo.

“[...] a revolução da independência, que devolveu-nos à posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo [...]. Todos os laços que prendiam-nos ao passado, estavam mortos; [...]. Em virtude daquele direito, preferiu a nação a monarquia, [...] aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança[...]Esse rei era simples feitura de nossas mãos [...] porque tudo era novo[...] o solo estava varrido e limpo; seu único título de legitimidade vinha da eleição nacional, título aliás mais belo e honroso do que o acaso cego do nascimento; seu trono, contemporâneo de nossa liberdade, repousava sobre a mesma base que ela- a revolução. Mas “[...]houve a usurpação da soberania popular por aquilo a que a corte designa com diversos nomes - soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. A nova realeza saída da lavra da nação ostentase superior a ela, ataca-a, e a absorve em si [...]. Donde vinha a Pedro I autoridade de assim confiscar os poderes da nação que assim se constituía? [...] O imperador não era acaso o filho do rei velho, o senhor do povo pela superioridade do seu sangue, o símbolo da ordem, o enviado da Providência? Como então se ousa perguntar a razão de sua onipotência?” (Timandro, apud Mattos, 1998).

Palavras intensas que designavam percepções diversas e entendimentos opostos, criando um denso debate político e que evidenciavam um duelo de memórias, no centro do qual se encontrava o primeiro imperador, que fora retirado não do reino do esquecimento, mas de um facilmente visível nicho do passado - porque colocado sob a intensa luz de uma crítica fundamentada em rigorosas análises pautadas pela avaliação dos atos dele próprio, revestidos, em sua maioria, de um teor que a muitos brasileiros soou como traição – por alguns dos indivíduos que haviam liderado a ação liberal.

É oportuno se considerar que: (se) “[...] o estabelecimento dos fatos pode ser definitivo, [...] a significação deles é construída pelo sujeito do discurso e, portanto, suscetível de mudar” (Todorov, 2002, p.145). Se a passagem dos anos e o determinado empenho com que se envolveram na construção e na consolidação de uma densa obra dotada de complexa natureza produziram nas almas e nos discursos de parte dos homens de 1831 – os que assumiram a

laboriosa tarefa de construir o Estado imperial e de, ao mesmo tempo, conformar os brasileiros - a necessidade e o interesse de reler o passado e de construir-lhe um novo sentido, os liberais também se debruçaram sobre semelhante empreitada - acima de qualquer circunstância, inerente à natureza humana – e buscaram compreender tanto o passado como o presente; por isso, mais uma vez rememoraram com precisão os acontecimentos de 1822, 1823/1824 e daí até 1831 e os releeram sob a lente da brasilidade. Ao voltarem ao passado, reconstruíram um caminho, recompuseram sentimentos e os reafirmaram e, outra vez, encheram-se de indignação com o que havia ocorrido. Mas indignavam-se, sobretudo, com o que estava por vir.

Evaristo da Veiga dizia que, em política, quando se fazem as primeiras concessões à injustiça, muito longe se avança e o mesmo acontece com os povos, segundo se lê no artigo em pauta,

“[...] a primeira concessão feita ao erro ou à mentira, seja esta escrita ou modelada no papel ou no bronze, induz o espírito público e o juízo da posteridade à inexatidão e à injustiça. É o dever de não concorrermos, nem com o nosso silêncio, para uma fraude histórica que seria a desonra de todo o país e a condenação de um passado glorioso, o que nos obriga a intervir no julgamento póstumo do primeiro reinado, a que a lisonja dos cortesãos e a insciência geral dão hoje o caráter de uma *restauração inconveniente* na figura colossal de um imperador de bronze”.<sup>91</sup>

Em nome da verdade, tornava-se fundamental que essas vozes e essas penas resguardassem a honra de uma geração inteira. Geração esta,

“[...] gloriosa pelos princípios que a animaram, pela coragem que a distinguiu, pelas virtudes que a enobreceram, e que se quer hoje, no entanto, a favor da memória ingrata do tempo e dos artificios de alguns ociosos vitimar em holocausto a uma apoteose imerecida [...]”.<sup>92</sup>

Para esses homens plenos da consciência do real sentido do passado e do papel desempenhado por eles próprios e por outros gloriosos companheiros já ausentes, era impossível permitir que uma página da história também por eles escrita fosse rasgada, em especial quando nessa página estava escrito o glorioso capítulo da revolução de 7 de Abril. Se omitir, não se exaltar pela verdade, não buscar os mesmos enfáticos instrumentos do convencimento, não se mobilizar

<sup>91</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

<sup>92</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

para reinscrever ou para reafirmar essa percepção no espírito dos brasileiros, não formular um denso contra discurso respaldado pela história seria permitir que fosse atingido o caráter da Nação brasileira e aniquilados os próprios fundamentos em que o trono se baseava, trono “[...] tão generosamente concedido e conservado ao atual imperador, o Sr D.Pedro II [...]”<sup>93</sup>. Para os liberais, se tal ocorresse, o “segundo reinado seria todo ele, uma espécie de usurpação consentida, uma espécie de surpresa não repelida, se lhe faltasse a única base legal em que se assenta- a revolução de 7 de Abril de 1831”<sup>94</sup>.

O duelo em andamento envolvia questões relativas à *supressão* de uma leitura histórica focada, em especial, na questão dos excessos cometidos pelo primeiro imperador e da investida por ele empreendida sobre os genuínos direitos e aspirações dos brasileiros e à *conservação* da *significação* dada aos mesmos pelos que a eles se contrapunham, e que preservavam a percepção de que a autoridade havia - não apenas ao longo do Primeiro Reinado, mas também no decorrer das décadas seguintes - asfixiado a liberdade. Por parte dos homens que estavam à frente do projeto da estátua e dos que a eles se contrapunham havia, no fundo, a mesma intenção, a de empreender uma *seleção*: certos detalhes do que havia transcorrido nos já distantes - mas, sob certo sentido, tão presentes - anos de 1823 a 1831 deveriam ser conservados, enquanto outros deveriam ser afastados para, com o tempo, caírem no *esquecimento*. Ambos trabalhavam com questões de *memória*. Por isso cada grupo de lideranças políticas e os seus respectivos partidários selecionavam e enfatizavam determinadas facetas da mesma questão para que o passado fosse colocado a serviço de seus novos interesses<sup>95</sup>.

Existiam problemas e o núcleo deles se encontrava no mundo da Casa, onde a boa sociedade se apresentava dividida (Mattos, 1994): havia os que liam Nabuco de Araújo, Justiniano José da Rocha e Eusébio de Queirós e que tinham retomado a primeira percepção relativa ao jovem príncipe que havia proclamado a independência, justificando-lhes as ações para corroborar a própria estratégia política por eles delineada e ao império imposta a partir do momento em que se

<sup>93</sup> Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

<sup>94</sup> Uma página de história. In: Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

<sup>95</sup> Todorov (2002, p.150) afirma que as diversas possibilidades de utilização do passado “motivam abertamente ações políticas”.

assenhorearam do Mundo do Estado (Mattos, 1994) movimento competentemente expresso por Bernardo Pereira de Vasconcelos - no mais conhecido dos seus discursos - quando ele afirmou o próprio comprometimento com o liberalismo no momento em que ele foi o contraponto ao autoritarismo e justificava o seu engajamento com o princípio do regresso quando as expectativas democráticas, derrotando os excessos verificados, passaram a procurar se sobrepôr e semearam a anarquia, elemento pernicioso para a sociedade (Mattos, 1994). Mas muitos dos que habitavam o Império do Brasil liam Theófilo Ottoni, retomavam a perspectiva do *Libelo do Povo* e consideravam os pareceres liberais.

De fato, a memória relativa ao primeiro imperador era um tanto polêmica, e o que mais chama a atenção é que em momentos passados, entre os próprios homens que estavam à frente da vida política no Período Regência - considerando alguns dos seus mais significativos nomes, e em um período de tempo relativamente breve - houve colocações bastante contundentes. Encontramos uma dessas referências em Bernardo Pereira de Vasconcelos que em 1833, sob o impacto da vitória caramuru nas eleições em todas as paróquias do Rio de Janeiro, à exceção da de São José, e refletindo um temor então presente em todos os que compunham a boa sociedade, manifestou-se com expressividade:

“[...] D. Pedro I perdeu um trono brilhante [...] perdeu uma dotação pingue [...] parece natural que tente voltar ao Brasil[...] o caráter de D. Pedro é extremamente volúvel [...] um dos característicos é a avareza [...] é demasiadamente mesquinho [...] um homem desse caráter deixará de aspirar ao trono do Brasil?”<sup>96</sup>

Evidenciavam-se os “diversos pontos”, as diferentes percepções e as sensibilidades políticas ainda exacerbadas quando emergiam as questões relativas aos feitos políticos do primeiro imperador e nesse contexto iniciavam-se, nos anos 50 do Século XIX para se aquecer no início da década seguinte, os embates entre os Liberais e os Conservadores em decorrência, também, de movimentos de teor político-partidário.

---

<sup>96</sup> Vasconcelos, (apud Mattos, 1998).

Pontos diversos e diferentes percepções: “colosso de bronze” ou “mentira de bronze”? Rememorar o 7 de setembro ou o 7 de abril? Esquecer o que ocorreu ao longo do primeiro reinado ou a revolução de abril de 1831? Novamente maximizar o 7 de setembro e minimizar o 7 de abril? Recordar e comemorar aquele a quem os brasileiros deviam a Constituição ou rever e enfatizar a essência da mesma, obra de autoria do próprio imperador?

Nesse momento, enquanto os Saquaremas, os homens que detinham o governo do Estado, comemoravam a consolidação do projeto por eles imposto a todo o território do império, ocorria também um renascer liberal<sup>97</sup>. Para os que estavam nele envolvidos, as figuras a serem ressaltadas eram todas brasileiras, compostas pelos que se haviam empenhado pela genuína causa da liberdade, a saber: os homens que participaram do movimento que ocorreu em Minas Gerais em 1789, os revolucionários pernambucanos de 1817, 1824 e 1848, os farrapos do Rio Grande do Sul e tantos outros brasileiros que se haviam mobilizado contra a opressão.

Dotados de novo fôlego político no início da década de 1860, vitoriosos nas primeiras eleições que nela ocorreram e que consagraram Ottoni, os Liberais passaram a se expressar com eloquência pela imprensa, tornando os jornais de perfil afim uma das suas trincheiras. Em artigo intitulado “*A Estátua Equestre*”, Ottoni afirma que em função de seus antecedentes e origem, a estátua de D. Pedro significa:

“1º. Que a independência foi uma doação do monarca, cujos augustos descendentes imperam [...].

2º Que a Constituição foi, senão uma outorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da filosofia do príncipe, e documento de sua adesão às idéias liberais.

---

<sup>97</sup> As referências para o renascer liberal estão em Alonso (2002): a autora, ao trabalhar a idéia da “Reforma dentro da Ordem”, evidencia que o renascer liberal ocorreu como um desdobramento das reformas iniciadas pelos conservadores nos anos de 1850, das quais decorreram várias e novas demandas. Como os dirigentes imperiais, nos anos de 1860, não soube efetivá-las, houve a projeção dos liberais. Para tal também contribuiu a posição dos conservadores moderados, como Nabuco de Araújo, que no início da década de 1860, na expectativa da formação da Liga Progressista, se declararam sem partido. Para esse argumento a referência se encontra em Nabuco (1975). Há ainda a considerar artigos publicados pelo Diário do Rio de Janeiro, no mês de Março de 1862, como o de Theophilo Ottoni, datado do dia 25.

3º Que o 7 de Abril de 1831 foi um crime de rebeldia, de que o Brasil contrito deve pedir anistia, anulando por injusta a sentença que lavrou aquele dia contra o primeiro reinado”<sup>98</sup>.

Foi isso que Ottoni depreendeu do que estava por ser inaugurado na Praça da Constituição, passando a protestar contra as “epopéias que o arauto de bronze quer levar à posteridade”<sup>99</sup>. Prosseguiu em seu texto afirmando que o 7 de setembro foi o resultado dos esforços de mais de uma geração de brasileiros e conduz o leitor à recordação do que se havia passado, pioneiramente, nas Gerais no final do século XVIII, quando Minas assistiu amargurada, ao glorioso martírio de seus prediletos filhos. Rememorou o calvário no Rocio, literalmente apinhado de expectadores que para lá acorreram atraídos não por curiosidade, mas pela simpatia que lhe inspirava o protagonista do drama, cujo martírio foi testemunhado pelos fluminenses com postura irretocável. Registrou o teor dramático da fala de Tiradentes: “Jurei morrer pela liberdade. Cumpro a minha palavra”<sup>100</sup>.

Ottoni ainda resgatou do passado os revolucionários pernambucanos de 1817, nos quais o exemplo de Tiradentes havia frutificado e a grandiosa figura de José Bonifácio de que “a Providência se serviu para obter esse grande desideratum”<sup>101</sup>. O primeiro havia planejado a independência, o segundo a efetivara; eram eles os legítimos patriarcas. No entanto, ao primeiro coube o martírio e ao segundo, o desterro. José Bonifácio foi entregue a um piloto de Goa, colocado como oficial da marinha brasileira, transferido para calabouços portugueses, e deles salvo devido à intermediação anglo-francesa. Conclui o inflamado autor que “as musas venais da côrte confiscaram para o Sr. Príncipe da Beira as glórias de José Bonifácio e Tiradentes”<sup>102</sup>.

Havia, segundo os Liberais, mais uma glória a ser debitada a José Bonifácio; para ele, a coroa sobre a fronte de D. Pedro não “era a mera consagração de uma autoridade majestática. Ele queria um complemento que

---

<sup>98</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

<sup>99</sup> Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

<sup>100</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

<sup>101</sup> Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

<sup>102</sup> Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

importava a aliança da monarquia com a liberdade”<sup>103</sup>. Para o grande patriarca, a Constituição não era apenas uma lei necessária, mas uma exigência urgente.

É bastante oportuna a leitura da contraposição efetivada pelos liberais, no artigo *Uma Página da História* publicado no dia 28 de março de 1862, entre as imagens do grande Bonifácio e do imperador. A respeito do segundo lê-se que:

“[...] Entusiasta como um poeta, alma franca e acessível a todo o gênero de paixões, arrebatado por instinto; vivo de espírito mas leviano de idéias, rude por educação, mas afetuoso e ameno mais por impulso de vaidade e desejo de popularidade do que por virtude de caráter ou por brandura de gênio; [...] pronto de ação, enérgico de vontade, exagerado na liberdade de seus costumes, minimamente indulgente para com seus próprios erros, mas severo pra com os erros alheios, pouco escrupuloso de consciência e de moral, mas sem perder ocasião de ostentar magnanimidade, [...] pronto a obedecer ao impulso de suas primeiras inspirações D. Pedro I foi, desde sua mocidade, um conjunto de contrastes, um prisma de luzes e sombras, de boas e de más qualidades.[...]”.

Entretanto,

“[...] Ao seu lado, severo e grave como um busto grego, [...] a nobre fisionomia de José Bonifácio de Andrada e Silva. Espírito ateniense vasado em molde romano sua alma é grande como seu caráter, sua virtude severa como a majestade de seu semblante. [...] sem pretensão e sem vaidade; vasto de erudição sem prejuízo da profundidade de seus conhecimentos; [...] afável de caráter; modesto sem pretensão; orgulhoso sem impertinência; probo por natureza; [...] e homem de estado por patriotismo e por dever de consciência, de dedicação e virtude, sua memória sobreviverá a todos os eclipses que possam obscurecer as glórias nacionais de que nos ufanamos [...].”

Está dito: o bronze deveria servir de manto perene para o grande Andrada.

Mas a imprensa também abriu espaço para outras manifestações de contraposição à colossal estátua, estas também preciosas, memoráveis, dotadas de apurada verve crítica que, com certeza, deliciaram parte dos leitores da época e exasperaram a outros tantos. Passemos a algumas delas:

“Protesta contra o gênio modelado  
O gênio nacional que ali figura!  
Perde todo o valor essa escultura,  
Por da glória não ser fiel traslado!

<sup>103</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

Que feito o decantou bravo soldado  
 Na terra que adotou? Onde perdura?!  
 Se alguém diz que entre nós ele fulgura  
 - Que não! Grita o Brasil maravilhado

Por gloriosos feitos se extasiam  
 Aqueles que com peito sobranceiro  
 A lisonja servil não alumiam!...

Burle, pois, a história esse letreiro,  
 Que os livros, Pedro, em ti não saudariam  
 O fundador do império brasileiro.”<sup>104</sup>

A genuína indignação dos Liberais também se alimentava dos boatos espalhados.

Para Ottoni, essa era a hora de se resgatar a verdade pela rememoração do que se havia passado, era a hora dos brasileiros se conscientizarem de que saudar o monumento imperial significaria renegar o passado, condenar o movimento nacional de 7 de abril de 1831 e, para tal, ele lançou mão de algumas palavras de “um juiz insuspeito a todos os nossos adversários [...] o Sr Dr. J.J.da Rocha”<sup>105</sup>, que assim se havia expressado:

“[...] No dia em que algum Tácito tiver que escrever a história da nossa terra, e, esquecidas todas as paixões apreciar os fatos com a madureza e o critério da imparcialidade, que época lhe arrancará mais sublime admiração e lhe revelará mais sublimes virtudes cívicas do que a que sucedeu ao 7 de Abril de 1831? Se o brasileiro deve em sua gratidão bradar:- glória aos homens de 1822- não menos deve a gratidão exclamar- glória eterna aos homens de 1831!”<sup>106</sup>

Ottoni prosseguiu em seu texto dizendo que assim deveria sê-lo e que o teria sido se,

<sup>104</sup> Diário do Rio de Janeiro, 28 de Março de 1862.

<sup>105</sup> Diário do Rio de Janeiro 30 de Março de 1862.

<sup>106</sup> Uma Página de História IV. In: Diário do Rio de Janeiro, 30 de Março de 1862.

“[...] a marcha do tempo não tivesse o privilégio de apagar em certas consciências a virtude que um dia residiu nelas [...]”.<sup>107</sup>

A seguir, lançou uma enfática pergunta:

“[...] Mas o que diriam as sombras venerandas dos patriotas de 1831 se, evocadas dos sepulcros, aparecessem hoje no seio dos vivos, para contemplar esta festa, estas salvas, esta solenidade inaugural de um monumento destinado a um escárnio e uma condenação retrospectiva?”

A resposta que ele próprio formulou é igualmente marcante:

“Elas voltariam envergonhadas aos seus jazigos, chorariam talvez o aviltamento da pátria, cujos brios despertaram em melhores tempos e que hoje se amortecem em favor do artifício de alguns e da indiferença de todos.”

A tônica entre os liberais era a indignação, como se pode depreender do artigo *Uma Página de História*, do dia 30 de março de 1862, onde está expressa a percepção dos mesmos sobre o que foi o Primeiro Reinado a partir da dissolução da Constituinte, em 1823.

“[...] o reinado do Sr. D. Pedro foi uma agonia agitada. Esses 7 anos de luta contra o espírito nacional, além de fomentar o ódio político, foram tão perturbados de comoções internas, de revoluções e humilhações externas, que no dia da revolução, só um elemento prevalecia, forte e exigente - o elemento revolucionário.”

Tratava-se de um período “da história de D. Pedro, com efeito, [...] lutuoso e sinistro. A cólera cegara o espírito do imperador e todas as suas deliberações passaram a trazer o cunho da precipitação.”<sup>108</sup>

O ano de 1823, que começara pleno de esperanças para uns, devido à convocação da Constituinte, tornara-se um momento marcado por uma profunda decepção. A título de libertar a Assembléia da coação militar, D. Pedro - que havia, no passado imediato, sido o realizador das maiores aspirações brasileiras, fase em que estivera melhor inspirado e orientado, pois caminhando consigo se destacara José Bonifácio - “[...] chamou a São Cristóvão os corpos onde ele sabia que mais intenso era o acordo e a fidelidade às doutrinas dos patriotas. Até que em

<sup>107</sup> Uma Página de História IV. In: Diário do Rio de Janeiro, 30 de Março de 1862.

<sup>108</sup> Uma Página de História. In: Diário do Rio de Janeiro, 29 de Março de 1862.

12 de novembro, sitiando a assembléia que se conservava em sessão permanente desde os primeiros vestígios da agressão, fez intimar a ordem da dissolução [...]”<sup>109</sup> prendendo e deportando a muitos dos que lá estavam. Eis a apreciação do Conselheiro Salles Torres-Homem a respeito dessa passagem:

“[...] Ainda não corria em meio a construção da obra constitucional, quando de improviso é profanado e dissolvido com mão armada o congresso a quem o país cometera essa sublime tarefa e são atirados ao desterro os seus mais conspícuos e beneméritos representantes, os fundadores da independência e da pátria. O mesmo ato de imprevista agressão que fere a constituinte, e com ela nossos direitos, leva o despotismo e o terror a todos os ângulos do Brasil onde ressoa o grito de indignação que semelhante abuso da força devia provocar [...]”.

Segue a poderosa voz de Salles Torres-Homem perguntando o que ocorreu para que ainda em meio aos festejos comemorativos da independência, se trocassem os hinos faustosos em murmúrios de pesar e consternação. À pergunta formulada, respondeu dessa forma:

“[...] Eu vou dizê-lo. Houve a usurpação da soberania popular por aquilo a que a corte designa por diversos nomes - soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. A nova realeza, mal saída da lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a, absorve-a em si”<sup>110</sup>.

Em 1824 a Constituição foi outorgada, efetivamente legitimando os interesses do imperador e aprofundando a indignação dos setores genuinamente envolvidos com o liberalismo. A reação à outorga da Carta, verdadeira afronta às aspirações brasileiras, foi expressiva e a reação do imperador contra os brados liberais dos pernambucanos, em 1824, pautou-se por extrema violência:

“[...] A essa justa reclamação de povos ofendidos e ameaçados, respondeu o Duque de Bragança mandando bloquear Pernambuco e tomando outras medidas de guerra.” No mesmo artigo citado no parágrafo anterior, novamente se projeta a voz do (outrora) Timandro para nos rememorar a “[...] epopéia grandiosa onde o martírio lutou contra o despotismo e o sangue dos patriotas serviu para tingir a púrpura real do novo César”.

Ouçamos o brado de Salles Torres-Homem:

<sup>109</sup> Diário do Rio de Janeiro 29 de Março de 1862.

<sup>110</sup> Diário do Rio de Janeiro, 29 de Março de 1862.

“[...] Para sopear a revolta, que efetivamente rebenta no norte do império, o sangue dos brasileiros a quem a luta da independência preservara, é vertido em torrentes pelas paternais baionetas do Imperador, não em nome da segurança social, que ninguém se não ele ameaçara, mas em simples oblação do orgulho e à sanha da ambição do príncipe que tendo usurpado os direitos do país, propunha-se a governar sem ele e a despeito dele. [...]

Sobre as vilas de Pernambuco, essas Termópilas veneráveis da liberdade, do heroísmo e do martírio, jorra então a chuva de sangue e de extermínio [...].

Após a devastação militar, vem a procissão de carrascos, dos patíbulos e das vítimas. Sedento de vingança, o príncipe invade o santuário da justiça para exigir as cabeças de seus súditos. Insta, roga, ameaça, seduz: mas um resto de consciência dos juízes que o exercício de obedecer e adular de todo não paralisara, trepida ante o remorso envia à morte cidadãos que outro crime não tinham cometido senão o de antepõem seu país a um homem e a liberdade à tirania [...].

Vigia então no Brasil, estendo-se de 13 de Novembro de 1823 a 25 de Março de 1824, [...] a ditadura [...] mais completa e absoluta”.<sup>111</sup>

Fazendo considerações a respeito da desconexão entre o imperador e os súditos, Ottoni escreveu que é:

“[...] lícito supor que ao juramento da constituição presidiram as mesmas reservas que acompanharam a aceitação a púrpura imperial; [...] o Conselho de Estado foi, um dia convocado com a seguinte indicação: Convirá que novamente se reúnam sob o mesmo septrio os Estados do Brasil e de Portugal”.<sup>112</sup>

Além das dolorosas memórias impregnadas pelo heróico sangue dos companheiros, algo mais incomodava sobremaneira os Liberais; pairava sobre o povo uma injúria, boato maldosamente espalhado pelos anfitriões da majestosa festa, em função da qual o governo passou a tomar providências e

“[...] está embalando cartuxame e afiando espadas. Já antes dessa explicação oficial o público fora surpreendido por alguns rumores evidentemente propagados *oficiosamente*, rumores esses que chegaram até algumas províncias, antes de serem aqui percebidos. Por essas novelas da meia-noite constava o seguinte: que o Sr Teófilo Ottoni achava-se em Minas promovendo uma revolução e que até tinham sido apreendidos alguns caixões com armamento, que à 23 de Março, ao inaugurar-se a estátua equestre do primeiro imperador, igual movimento deveria rebentar aqui; finalmente, que o governo preparava-se com toda a energia para sufocar a revolta Se não estivéssemos no carnaval, não nos arriscaríamos a dar conta desses manejos ridículos.”<sup>113</sup>

<sup>111</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

<sup>112</sup> Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

<sup>113</sup> Diário do Rio de Janeiro, 3 de Março de 1862.

Na edição do dia 14 de março, ainda a esse respeito, pode-se ler que diligências policiais efetivadas davam conta de que o povo premeditava uma revolução, o que o ministério,

“[...] sem mais exame ia pagando a bom preço [...] e que lhe [...] quebra a inteligência, a dignidade e a sisudez que se devia supor-nos homens que compõe o conselho da coroa. A estátua eqüestre com tudo o que a rodeia, não dá motivo a assuada, quanto mais à revolução. Se com ela se pretende mentir a história, basta a própria história para conduzir essa massa de bronze à sua verdadeira significação”.<sup>114</sup>

Pairava mais uma questão, e ela dizia respeito ao presidente do Conselho de Ministros. Caxias, representante de significativa família de militares que no dia 6 de abril de 1831 “puseram suas espadas a serviço da causa popular e que assim tornaram indeclinável a abdicação do imperador”<sup>115</sup>. Por isso, causa estranheza a Ottoni que “Caxias autorize com a própria presença a inauguração da estátua eqüestre [...]”<sup>116</sup>. Como podia ele, que no memorável dia 7 de abril colocou-se a serviço das genuínas aspirações brasileiras, levantar sérias suspeitas alusivas ao comprometimento da ordem, em tão solene momento, pelo povo.

“[...] Ou talvez, ajuizado e previdente, ante o espelho da própria consciência, teme que a irrisão pública acompanhe as solenidades [...]; e visto que a irrisão inculcará falta de respeito pelo que se vai firmar nesse dia, empenha-se em tomar providências enérgicas, de modo que faça chorar aos que pretendem ir [...]”.<sup>117</sup>

Prossegue o jornal dirigindo-se ao presidente do Conselho, colocando-se em defesa do povo; afirma o artigo que todos os cuidados tomados, como preparar cartuchos embalados e afiar espadas se revelarão inúteis, pois

“[...] o povo há de olhar impassível para a estátua, há de legar à ela o seu verdadeiro valor, considerando-a um simples ornamento na praça do Rocio.[...] Não finjam receios os que tão desabusadamente zombam da credibilidade pública. Se por força das circunstâncias têm de fazer-se comediantes para representarem *outros papéis* não mofem da dignidade do povo, que está tranqüilo

<sup>114</sup> Diário do Rio de Janeiro, 14 de Março de 1862.

<sup>115</sup> Diário do Rio de Janeiro 25 de Março de 1862.

<sup>116</sup> *A estátua eqüestre*. In: Diário do Rio de Janeiro, 25 de Março de 1862.

<sup>117</sup> Diário do Rio de Janeiro, 14 de Março de 1862.

e pacificamente marcha ao restabelecimento da verdade e à realização das garantias que estão confiscadas pelo abuso da traição”.<sup>118</sup>

Esse mesmo jornal, na sessão Correspondência, na edição do dia 17 de janeiro de 1862, apresentou uma reflexão sobre o evento que estava por ocorrer e propôs uma interessante e procedente alternativa para os festejos.

“Os fastos brasileiros vão ser abrilhantados com o pagamento de uma dívida de 40 anos, que a gratidão nacional devia ao autor de sua independência, transmitindo à prosperidade com plena quitação do débito em documento monumental e indestrutível, esse grandioso feito brasileiro oriundo do Ypiranga. Pois bem, ainda por aí existem alguns pouquíssimos veteranos da independência, ao passo que na presidência do Ministério se acha um deles, o nobre marques de Caxias, então tenente-ajudante do batalhão do Imperador, do qual era major seu tio, o honrado barão de Suruhy.

Abrace-se, pois, a grandeza com a grandeza, condecorando-se com a ordem de D. Pedro I indistintamente a todo o veterano da independência que, pela sua posição social esteja no caso de reunir em seu peito essa insígnia criada pelo fundador do império, aquela por ele outorgada aqueles que expuseram a vida no pugna nacional; e sua majestade o imperador por certo se regozijará em concedê-la como se munificência fora de seu augusto pai, aliando assim a grandeza com a grandeza”.

Há ainda a acrescentar que entre os que formavam a nova geração do Partido Liberal predominava um temor: eles não desejavam o reforço do poder pessoal de D. Pedro II, recusando-se, por isso, a homenagear o primeiro imperador, por eles visto como o símbolo das forças às quais seus antecessores se haviam oposto e pelas quais muitos tinham sido dizimados.

Para os Conservadores, entretanto, a ocasião era propícia para um grande evento: tratava-se da reafirmação, dentro de uma perspectiva e de um tempo de Transação, da importância da autoridade vitoriosa para preservar a liberdade e para garantir a ordem, para o que foi necessário padronizar os códigos que regiam o governo da Casa, organizando esse espaço para que ele fosse capaz de superar os regionalismos e os particularismos e pudesse se constituir em uma comunidade nacional o que garantiria ao império um lugar junto às nações de mais elevado padrão, meta maior dessa elite conservadora. Também era desejo deles que a sociedade terminasse de absorver a produtiva relação construída por eles entre a autoridade e a liberdade. Erigir esse monumento corresponderia a

<sup>118</sup> Diário do Rio de Janeiro, 14 de Março de 1862.

ministrar uma aula e inaugurá-lo, a 25 de março, significava enfatizar a relação entre a independência e a Constituição, respaldo da ordem e da liberdade.

Mas, para possível deleite dos liberais, caiu sobre a cidade, no tão esperado dia, um forte temporal, provocando o adiamento da inauguração para o próximo dia 30<sup>119</sup>, em decorrência do que:

“[...] Felizmente o aniversário da constituição política do império deixou de ficar confundido coma inauguração do monumento levantado àquele que menos a respeitou. Cada um terá o seu dia, como cada um tem seus adoradores distintos. A Providência permitiu que assim deixassem de ser confundidas duas idéias diametralmente opostas. Os que professam a religião do direito e contemplan no pacto fundamental as bases garantidoras da liberdade, farão sua festa a 25 de março; os que curvados e humildes se resignam por interesse à força bruta e à espada terão seu dia distinto para dar expansão a seus prazeres”<sup>120</sup>.

Se chuva que caiu sobre a capital do Império pôde minimizar, ainda que em pequena proporção, as insatisfações liberais, também alimentou a galhofa do fluminense, tão bem expressa no seguinte epigrama:

“Um sábio propôs a outro  
Esta questão capital:  
Por que sempre há de haver chuva  
Em tempo de carnaval?”<sup>121</sup>

Carnaval. Alegoria. Foi aproximadamente essa a percepção divulgada pela publicação francesa Presse, na edição do dia 19 de agosto de 1861 a respeito da estátua eqüestre de D. Pedro I.

<sup>119</sup> D. Pedro II, em seu Diário, registrou não apenas a sua mágoa - “desgostos e contrariedades” - decorrente de artigos publicados em alguns jornais, em especial aquele em que Théophile Ottoni se referiu à escultura como “a mentira de bronze”, mas também que orientou o chefe do Gabinete, Caxias, a adiar a festividade por temer tanto as agudas críticas publicadas pelos jornais liberais quanto a dissidência conservadora. O Imperador receava as acusações relativas ao descaso do governo com a saúde pública devido à chuva e ao oportunismo de uma inauguração sob condições climáticas adversas, o que levaria ao natural esvaziamento da assistência. Temia, ainda o Imperador, que a chuva se prolongasse, o que aproximaria o evento do 7 de abril, o que seria inimaginável!

<sup>120</sup> Sessão Noticiário. In: Diário do Rio de Janeiro, 26 de Março de 1862.

<sup>121</sup> Diário do Rio de Janeiro, 26 de Março de 1862.

“Haverá grande ruído no Rio de Janeiro no dia em que se festejar ali a inauguração da Estátua eqüestre colossal do imperador D. Pedro I, fundador da independência do Brasil, feita por M. Rochet. Imaginem um monte de bronze, ao pé do qual o Luiz XIV da praça da Victória não passa de uma estatueta insignificante. D. Pedro monta um cavalo maciço, enfático, com formas de elefante, e cuja cauda descreve um arco triunfal. Calça enormes botas que lhe chegam até os joelhos, e tem na cabeça, enterrado até os olhos, um tricórnio imenso, que apunhala o céu com sua tríplice ponta. Seria mais fácil contar as folhas de uma mata virgem do que os galões e alamardes que lhe adornam o peito.

Mal me acho com forças de descrever o seu aspecto de charlatão heróico; o sabre que lhe pende ao lado parece anunciar que tira dentes sem dor, e a carta que agita violentamente no ar parece, a olho nu, o prospecto de um xarope de quinino ou a ata da fundação de uma sociedade para a exploração das minas do Distrito Diamantino. Quatro enormes grupos, representando os quatro rios do Brasil adornam o soco da estátua. São selvagens cingidos de tangas e ornados de penas estando sentados sobre animais quiméricos, distendendo os arcos ou brandindo remos de suas pirogas. Têm faces achatadas, maçãs de rosto salientes, olhos enviesados e narizes esborrachados! É o homem [...] em todo o seu horror. À roda desses grupos de antropófagos puseram os animais excêntricos do trópico e do equador: avestruzes, antas, jacarés, castores, tamanduás, espátulas, tartarugas, jaguares [...] essa horrível família ruge, morde, decepa, devora, engole e celebra a independência do Brasil com toda a qualidade de rangidos e contorções. Dir-se-ia a arca de Noé à hora da razão.

Dito isso declaro que aprovo muito essa escultura de espantinho e retumbância:

O seu fausto bárbaro está em harmonia com o país a quem é destinado. Semelhante máquina faria triste contraste na praça de uma cidade italiana ou francesa, mas no Brasil fará maravilhoso efeito.

Que quereis que faça a arte clássica em um mundo onde a natureza se entrega a tão aterradoras hipérboles? Ali os rios absorvem os nossos mares; as montanhas rasgam o céu, os matos cobrem reinos; a árvore é colosso, a flor, arbusto e o inseto, um monstro.

As criações da mão humana devem engrossar e exagerar-se para não ficarem esmagadas por esses gigantes espetáculos [...]”<sup>122</sup>.

<sup>122</sup> O artigo de Paulin de Saint Victor, homem cujo talento foi reconhecido pelo articulista do Diário do Rio de Janeiro, mereceu, do mesmo jornal, um comentário à altura. Sugere ao crítico de “(...) muito talento, mas leviano como um verdadeiro parisiense (...)” que examine os quadros de exportação francesa, nos quais encontrará, em grande escala “(...) além de quinquilharias e outros contrabandos, (...) livros, tecidos e outros produtos da sua indústria”, alerta, ainda, o Diário “(...) que os que puseram a concurso na Europa inteira o primeiro monumento que levantam na sua capital sabem tanto distinguir um efeito de neve de um efeito de sol, como críticos sensatos e

Havia, portanto, dois olhares, duas percepções contrapostas a respeito de D. Pedro I, do que ele instituiu e de como um corpo de dirigentes composto por uma fração da classe senhorial se apropriou dessa herança para construir o Estado e constituir a Nação. O que se discutia não era o padrão civilizatório em que estava o Império, mas uma leitura específica de um delicado fragmento da história do país, de uma história ainda bastante recente.

Aos Conservadores interessava reafirmar a figura de D. Pedro I como o homem que descortinou para o Brasil um tempo de liberdade e que a garantiu através da outorga da Constituição. Era o que havia para ser lembrado; quanto às tensões que pontificaram ao longo do Primeiro Reinado, era de boa medida que se baixasse sobre elas o denso véu do esquecimento. Tratava-se, na verdade, de conformar uma memória coletiva através da definição de prioridades.

À pergunta, o que faziam os Conservadores, responde-se com precisão e simplicidade: procuravam afixar em “perpétua memória”, (Zumthor, 1988) o que lhes fundamentava o intento, nutrido por uma imagem *idealizada*, dotada de uma *potência de convicção* quase ilimitada. Não desejavam, apenas, reconstituir; desejavam, sobretudo, garantir a compreensão, pela via do esclarecimento, de uma obra. Sem qualquer dúvida, todos aqueles envolvidos no projeto estavam imbuídos da preocupação de construir uma imagem de D. Pedro que tivesse condições de permanecer, de transpor o tempo e se projetar para o futuro<sup>123</sup>.

Tanto para os Conservadores quanto para os Liberais, por razões de ordem diversa, o passado insistia não apenas em se fazer presente mas, em especial, em ocupar o primeiro plano dos debates.

O passado tornou-se finalmente presente, na praça consolidado no dia 30 de março de 1862 quando transcorreu a solene inauguração da enorme estátua, presidida pelo imperador e contando com a presença da família imperial, das mais elevadas autoridades do império e de dignatários estrangeiros. O povo, como bem o previra Ottoni, comportou-se condignamente, atirando por terra os boatos espalhados. “[...] Teve ontem lugar a inauguração da estátua eqüestre de

---

conscienciosos, dos fabricantes de frases e outras palhetas literárias, à sombra das quais vive tanta gente em Paris”

<sup>123</sup> Sousa (1999) se refere ao legado dos artistas envolvidos na produção de imagens do primeiro imperador.

D. Pedro I, conforme o programa que havia sido anunciado. Reinou paz e indiferença completa. Cada um se divertiu a seu modo”<sup>124</sup>. A Ordem fora reafirmada, celebrada no padrão escolhido pelos seus arquitetos e perpetuada na praça, oferecida à admiração de todos.

A estátua é uma afronta; mas é, sobretudo, uma fina manifestação da competência saquarema, a metáfora da obra por eles efetivada, o duplo deles próprios. O bronze, que derretido foi sobreposto ao molde do primeiro imperador, na verdade recobria outros homens, os que foram os construtores do Estado imperial e que se fizeram herdeiros do duplo legado português. O nobre metal não apenas perenizou um homem e um gesto; perpetuou uma mensagem. Não há, sob a massa de bronze, um vulto único, um só personagem; sob o molde de D. Pedro I estão, na verdade, vários outros homens, estes sim, efetivamente os realizadores de um expressivo projeto que teve embasamento teórico e justificativas políticas e que se voltava para amplos horizontes, permeados pelos ideais de Progresso e de Civilização<sup>125</sup>. Sobre o pedestal, se apurarmos o olhar e nos utilizarmos do recurso das lentes da história, identificaremos Uruguai, Itaboraí, Eusébio, Bernardo, Paraná, Olinda e José Clemente Pereira, os verdadeiros condottieri do Império do Brasil, sobrepostos não apenas ao espaço público, mas ao território por eles preservado íntegro. Eles, e não o primeiro imperador, colocados acima dos brasileiros, reinando soberanos, ponto culminante de uma história da qual eles foram os autores e os protagonistas. Esses homens não projetaram para a posteridade apenas a figura de D. Pedro I; em essência, perpetuaram sob o manto do bronze, a memória de um tempo, do tempo por eles diagramado.

A estátua eqüestre em questão é o registro, legado ao futuro, do tempo saquarema.

---

<sup>124</sup> Diário do Rio de Janeiro, 31 de Março de 1862.

<sup>125</sup> Alonso (2002) apresenta o liberalismo imperial como herdeiro do liberalismo pombalino, voltado para os propósitos de civilizar, delinear e manter um Estado forte, educar o povo e manter o sufrágio livre.